

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

ATA Nº 009

PRESIDENTE - DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Autoridades presentes, senhores e senhoras, boa-tarde!

Em nome desta augusta Assembléia Legislativa, declaro aberta a presente Audiência Pública com a finalidade de discutir a reforma previdenciária.

Convido para compor a Mesa de honra o Deputado Federal Wilson Santos, o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Mauro Savi, a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Ságuas, a Srª Sandra Figueiredo Santiago Shinohara, Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo do CEFET/MT, e o Sr. Benedito Cerqueira Sebba, Coordenador do Fórum Previdenciário de Mato Grosso e Auditor Fiscal da Previdência Social.

Neste momento, registramos a presença dos Srs. Silvino da Costa Monteiro, Diretor Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Mato Grosso; Washington Luís Pinto Galvão, Presidente do SINASEP/MT - Sindicato dos Servidores Públicos Federais; Estevão Ramos de Arruda, Coordenador do Núcleo Sindical da ASSIBEGE/IBGE; Maria Aparecida Neves de Oliveira; Jussara Maria da Silva Vieira, Relações Públicas da Comissão Organizadora do Fórum e Presidente do SINTI - Sindicato dos Inspectores de Tributos do Município de Cuiabá; Rinaldo Almeida, Direção Nacional do SINASEFE - Sindicato das Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs; Ivanildes Oliveira da Silva, do Assentamento Liderança de Santo Antônio do Leverger; Aurelino Levy Dias Campos, Delegado da ADESG/MT, Conselheiro do CORECON, Conselheiro Federal de Economia; Íris Nereida Galhardo, Delegada de Polícia; Wilson Aguiar, representando a Senadora Serys Shhessarenko, do PT; Ananias Faustino dos Santos, representando a Drª Luiza Benedita de Jesus, Diretora-Presidente do SINDEP/MT; Adão Barbosa, Vice-Presidente da FESSP - Federação Sindical dos Servidores Públicos de Mato Grosso; Tereza Heloisa de Souza, da Secretaria de Educação do Estado; Regina Antunes Ferraz, do SINTEP de Nossa Senhora do Livramento; Evania Alves da Costa, Conselheira do CONDIPE, Federação Mato-grossense da Associação de Moradores de Bairros; Emeneus Alves Santana, Presidente da Associação dos Aposentados dos Correios e Telégrafos; Ademar do Nascimento, Capitão da Polícia Militar; Milton Ribeiro, Presidente do IPEMUC; Gilmar Soares Ferreira, Secretário de Formação do SINTEP/MT, Executiva da CNTE; e Dirceu Vicente Lino, Presidente do Sindicato dos Delegados de Mato Grosso.

Em face da importância desse tema da reforma previdenciária, foi proposta nesta Casa, pelo Deputado Humberto Bosaipo, a formação de uma Comissão Especial para tratar desse assunto, que foi composta pelos Deputados Humberto Bosaipo, Zé Carlos do Pátio, Verinha Araújo, Sebastião Rezende e Eliene.

Senhores, a importância desse tema é realmente grande, porque é algo que mexe com a vida dos servidores, com a vida de todos nós e, de uma forma geral, de toda a população.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Estamos aqui com a proposta de emenda constitucional, alterando a Previdência, que está sendo apresentada hoje no Congresso Nacional e vamos passar a elencar os detalhes da reforma que serão discutidos hoje por todos nós:

1 - os servidores terão o mesmo teto dos aposentados da iniciativa privada, que passa do valor atual de mil quinhentos e sessenta e um reais para dois mil e quatrocentos reais;

2 - aposentados e pensionistas do setor público, hoje isentos, pagarão 11% de contribuição, mesmo percentual que pagam os que estão trabalhando;

3 - quem quiser ganhar mais que dois mil e quatrocentos reais terá que aderir a fundos de aposentadorias complementar;

4 - a idade mínima de aposentadoria do setor público passa de 48 para 55 anos no caso das mulheres e de 53 para 60 anos no caso dos homens;

5 - diminuir valores do benefício para os que se aposentarem antes do tempo;

6 - tempo na iniciativa privada diminuirá aposentadoria do servidor público;

7 - valor das futuras pensões terá redução de 30% em relação à aposentadoria ou salário;

8 - nenhuma aposentadoria, incluído os já concedidos, poderá ser superior a doze mil setecentos e vinte reais;

9 - militares mantêm regime especial e continuam a se aposentar com salário integral.

Na verdade, são pontos da reforma previdenciária. Nós fizemos questão de estar aqui passando para os senhores o que será discutido hoje.

Agradecemos aqui a presença do Deputado Federal Wilson Santos, Parlamentar Federal. Aquilo que for tratado aqui, todas as propostas apresentadas, nós estaremos repassando aos nossos Deputados Federais e Senadores, porque eles, a partir de hoje, terão a incumbência, ali no Congresso Nacional, de discutir essa questão que é sem dúvida alguma relevante, extremamente importante para todos nós.

O Sr. Zé Carlos do Pátio -Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, pela Ordem o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu sugiro que ouçamos primeiro o Deputado Federal Wilson Santos, uma vez que está lá próximo, em Brasília, acompanhando a questão da reforma previdenciária, para que ele faça um relato geral sobre a entrega hoje da reforma da Previdência. Inclusive, acabou de chegar à minha mão, agora, uma xérox dessa reforma que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará entregando ao Congresso Nacional à tarde.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Atendendo à solicitação de Vossa Excelência, concedo a palavra ao Deputado Federal Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Boa-tarde, Presidente desta importante Audiência Pública, Deputado Sebastião Rezende; Deputada Verinha Araújo e Deputado Ságua que compõem a Bancada do PT na Casa; Deputado Zé Carlos do Pátio, liderança do PMDB, aqui já no segundo mandato; ex-Deputado Benedito Pinto que se faz presente; Sr. Benedito Cerqueira Sebba, que representa a ANFIPI; Sr^a Sandra Shinohara, do Centro Federal de Ensino Tecnológico, antiga Escola Técnica Federal; lideranças sindicais, trabalhadores, aposentados e pensionistas, que recorreram a este ambiente através do chamamento da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, para que pudessem tomar conhecimento, do que se trata a proposta do Governo, em relação a Previdência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Neste instante, agora, às 16:30 horas, em Brasília, o Presidente Lula deve estar entregando ao Presidente da Câmara, Deputado João Paulo, o projeto de autoria Poder Executivo, para que a Câmara possa se debruçar sobre esta matéria nos próximos meses e fazer reformas estruturais. Reformas que passarão por alterações no texto constitucional, leis complementares e em leis ordinárias também. Não é para ser uma reforma que se faz do dia para noite.

Quero dizer, antecipadamente, que sou do PSDB e votarei favoravelmente à reforma da Previdência. Tenho, sim, algumas divergências que são de caráter pontual, nunca conjuntural.

A previdência no mundo está sendo reformada. O mundo vive com alguns fenômenos muito recentes das últimas décadas, especialmente o aumento da idade.

Nos anos 40, a média de idade de um brasileiro, de uma brasileira, não chegava a cinqüenta anos. A média era em torno de quarenta e seis a quarenta e oito anos de idade. Hoje, a média de idade do brasileiro, homem é de sessenta e cinco anos e da mulher, chegam a afirmar, até setenta e dois anos de idade. Houve, sem dúvida, nas últimas cinco décadas, nos últimos cinqüenta anos, melhoria na qualidade de vida.

Um outro fenômeno importante foi a urbanização do País. Há cinqüenta anos o Brasil tinha setenta e cinco por cento da sua população, isto é, de cada quatro brasileiros, Deputado Sebastião Rezende, três estavam no campo, três viviam na zona rural. Em cinqüenta anos houve um chamado êxodo rural, responsável por um processo de migração do campo para a cidade que mudou radicalmente esses números. Hoje, o Brasil possui 82% da sua população vivendo em pequenas, médias e grandes cidades, José Maria Biancardini. Isso é um fenômeno!

O aparelho estatal em nenhum lugar do mundo consegue acompanhar transformações tão profundas numa sociedade, como ocorreu nos últimos cinqüenta anos no Brasil. Então, é preciso mudar? Sim. É preciso que façamos as chamadas reformas estruturais, que nós possamos atacar a estrutura. Mais do que a superestrutura, a estrutura. Nós devemos fazer a reforma tributária, a reforma previdenciária, concluir a reforma administrativa porque é nela que nós iremos fixar teto, subteto. Não é na previdenciária, mas será na reforma administrativa, que tem que ser completada, na reforma trabalhista, porque o Brasil não suporta mais essa carga tributária sobre o patrão e também o empregado não agüenta pagar.

Hoje, paga-se 36% do PIB deste País em impostos municipais, estaduais e nacionais. O cidadão que pode, coloca o filho na rede particular de ensino, contrata um plano particular de saúde e coloca cinco ou seis cães ou contrata guarda-costa pessoal. Quer dizer, a contrapartida dos meus impostos, que era educação com qualidade, saúde, segurança e alguns outros setores essenciais, nós temos que voltar a comprá-la da iniciativa privada. É bitributação!

É preciso sim! Nós, do PSDB, votaremos com o Presidente Lula, estaremos muito conscientes de que o Brasil precisa concluir o ciclo de reformas iniciadas desde o fim do regime de exceção em 1985. A partir da posse do Presidente José Sarney, o Brasil iniciou o processo de emagrecimento do seu Estado, redução do tamanho da máquina administrativa e precisa continuar aprofundando cortes, diminuindo o tamanho do seu Estado, a fim de que possa propiciar à maioria da sua população os benefícios de um Estado socialmente justo e economicamente equilibrado.

Quero antecipadamente anunciar aos deputados do PT e à toda sociedade do meu Estado que nós, o Deputado Wilson Santos, a Deputada Thelma de Oliveira e o Senador Antero Paes de Barros pertencemos ao PSDB e somos favoráveis às reformas estruturais do Brasil. É claro que aqui ou ali teremos divergência, aqui ou ali temos diferenças com o Governo Federal, mas é por isso que o Governo encaminhou ao Congresso Nacional. Ao Congresso Nacional compete toda atribuição e as prerrogativas de debater exaustivamente procurando aprimorar, melhorar, corrigir e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

tornar essa proposta ainda mais próxima daquilo que possa parecer oportunamente ideal ou, pelo menos, o possível.

Com relação especificamente à reforma da Previdência, é preciso dizer que há muitas verdades, há muitos mitos e há muitas inverdades. Após explanar, farei um conjunto de dez propostas que defendo para a reforma da Previdência. Eu quero dizer que hoje há dois regimes de previdência.

A seguridade social é composta de três partes: previdência, assistência e saúde. O que acontece, Deputado Sebastião Rezende, é que estão usando dinheiro da previdência para se fazer assistência!

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. WILSON SANTOS - Nós vamos chegar lá.

A seguridade é composta de previdência, assistência e saúde.

A previdência no Brasil tem dois regimes: o regime dos trabalhadores particulares, dos trabalhadores da iniciativa privada, que é chamado de regime geral, através do INSS; e os regimes próprios, onde estão os servidores públicos do País.

Temos dois regimes. A proposta do Governo é a unificação, se não de imediato, mas a médio prazo, dos dois regimes. Então, nós temos dois regimes. Quem trabalha num banco particular, numa empresa particular, recolhe para o INSS; quem trabalha para o Município, para o Estado, para a União, tem o regime próprio, o regime dos servidores.

Hoje, senhores, três milhões e duzentos mil benefícios para a área pública consomem trinta e nove bilhões de reais/ano e dezenove milhões de benefícios para a iniciativa privada consomem dezessete bilhões.

Na verdade, o que o Governo está propondo é uma reforma da previdência pública, porque a reforma da previdência privada já foi feita pela PEC-20 de 98, quando diminuiu-se o teto da aposentadoria do trabalhador da iniciativa privada que, praticamente, não vai ter nenhuma alteração, Leônidas, porque hoje o trabalhador da iniciativa privada, o teto para se aposentar é mil quinhentos e sessenta e um. O Governo está propondo que esse teto seja elevado para dois mil e quatrocentos. De nada vai alterar a vida do trabalhador da iniciativa privada, particular.

Agora, o servidor público que se aposenta com salário integral, esse não poderá mais se aposentar com salário integral, tem um teto de dois mil e quatrocentos reais. Pelo menos, é essa, presumivelmente, a proposta que está chegando agora na Câmara dos Deputados. Parece-me que é essa a proposta. Não sabemos se há modificação.

O que a imprensa divulgou hoje é que o Presidente Lula está propondo um máximo para a aposentadoria de dois mil e quatrocentos reais, o equivalente a dez salários mínimos atuais, vigentes, a partir de primeiro de abril. Muito bem. Há absurdos? Há absurdos. Nós temos que mexer nisso.

Eu, quando estive nesta Casa durante 08 anos, convivi aqui com um dos maiores absurdos que eu pude conhecer na minha vida em matéria de previdência. Aqui, um deputado estadual com apenas um mandato, ou com parte dele, poderia tornar-se pensionista para o resto de sua vida. Um privilégio descabido, desproporcional, inoportuno. Uma sangria de dinheiro público para os bolsos de pouquíssimos privilegiados.

Temos aqui, no chamado FAP, suplentes que exerceram mandatos por apenas onze meses que se tornaram, aos trinta e seis anos de idade, pensionistas para o resto da vida, com pensões pagas parte pela Assembléia Legislativa e a grande parte com recursos do Executivo, oriundos de tributos dos trabalhadores mato-grossenses. Um escândalo que, em novembro de 1990, eu tomei conhecimento e denunciei.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Durante os oito anos em que aqui estive, jamais aceitei recolher para esse chamado FAP. Recolhi para o IPEMAT, como um trabalhador da iniciativa pública. Não pude me tornar pensionista, mas aqui há casos de deputados que se tornaram pensionistas com apenas trinta e dois anos de idade. Eu, se quisesse, hoje, Deputada Verinha Araújo, teria a minha pensão integral de nove mil e setecentos reais que é o atual salário de um deputado estadual de Mato Grosso. Muitos colegas da minha idade têm, não abriam mão.

Por isso eu venho aqui, neste debate, com a autoridade de quem está, há quinze anos, combatendo privilégios na Previdência do meu Estado e deste País (APLAUSOS).

Eu concordo perfeitamente quando o Presidente Lula diz que não é possível pagar aposentadorias e pensões de trinta mil reais por mês, quarenta mil reais por mês, cinquenta mil reais por mês. Não há Município, não há Estado, não há União que tolere isso. Mais dia, menos dia, esta corda vai arrebentar. Com certeza, vai arrebentar no nosso lombo dos que temos hoje trinta, quarenta anos de idade, porque daqui a vinte anos, quando chegar o momento de buscarmos a nossa pensão, a nossa aposentadoria, nós encontraremos uma instituição falida, quebrada, que não conseguiu gerar, de forma nenhuma, os recursos que recebia e, principalmente, os que pagava.

Eu quero deixar claro, também, que é inadmissível, em qualquer instância, seja ele municipal, estadual ou federal, pagar aposentadorias de trinta, quarenta, cinquenta mil reais. São marajás. Isso não é direito adquirido, na minha concepção, Deputado Zé Carlos do Pátio. Isso é privilégio adquirido. Privilégio adquirido! Por isso eu sou favorável ao teto. Talvez não dois mil e quatrocentos reais, quem sabe três mil e seiscentos reais, quatro mil e oitocentos reais. Com vinte salários mínimos, quatro mil e oitocentos reais, nós colocaríamos noventa e seis por cento de todos os servidores da máquina pública nacional. Aos demais que ganham mais do que isso, acima de quatro mil reais e oitocentos centavos, a minha proposta é a mesma da CUT: vinte salários mínimos. Os que ganham mais terão a opção de buscar uma previdência complementar, pública ou privada.

Muito bem, eu vou já me dirigir direto, agora, às propostas, mas antes quero relatar, rapidamente, aos senhores alguns escândalos.

Deputada Verinha Araújo, Vossa Excelência estava naquele Fórum, junto com o Deputado Federal Carlos Abicalil, no sábado passado, em que tratamos também da Previdência. Eu disse lá que defendo que a reforma tributária seja a primeira providência no País, porque é na reforma tributária que se mexe com o mosaico de contribuições, com a arrecadação municipal, estadual, nacional, e dá para mexer no pacto federativo. Hoje, a União arrecada sessenta e cinco por cento, aproximadamente, de todos os impostos. Os prefeitos vivem de pires nas mãos e os deputados mendigando emendas orçamentárias. Tem-se que tocar no pacto federativo para trazer mais recursos para os Estados e Municípios, principalmente para estes últimos, porque é onde o cidadão vive, trabalha, compra, consome, faz o lazer, o prazer. Portanto, eu defendo que haja, primeiramente, a reforma tributária, que a reforma tributária seja a primeira a acontecer.

Antes de se realizar a reforma da Previdência, Deputado Sebastião Rezende, eu defendo que haja uma auditoria rigorosa nas contas da Previdência. Uma auditoria que nos leve a receber esses créditos aqui.

A revista *Veja*, em uma das edições de dezembro de 2000, trouxe uma entrevista com o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, em que dizia o seguinte: “Das quinhentas e trinta maiores empresas do Brasil, metade não paga Imposto de Renda; e dos sessenta e seis maiores bancos do Brasil, vinte e oito não pagam um centavo de Imposto de Renda. Deixamos de arrecadar cerca de setecentos e cinquenta bilhões de reais por ano”.

Também de acordo com a revista *Veja*, o conjunto de novecentos devedores deve cento e nove bilhões à Previdência. Novecentos devedores devem, juntos, cento e nove bilhões de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

reais à Previdência, entre os quais Wagner Canhedo, da VASP, seiscentos e noventa milhões de reais; Murilo Mendes, quatrocentos e dezessete milhões de reais; Cecílio Rego de Almeida, da empreiteira CR Almeida, trezentos e sessenta e sete milhões de reais; Pedro Paulo de Souza da ENCOL, quatrocentos e sessenta e dois milhões; Estaleiros Well Room, duzentos e quarenta e quatro milhões; Golden Cross, duzentos e quarenta e um milhões.

A mesma revista cita o nome de diversos parlamentares federais com dívidas com a Previdência. Armando Monteiro Neto, atual Presidente da CNI, de Pernambuco, deve setenta e cinco milhões; Teotônio Vilela Filho, de Alagoas, quarenta e oito milhões; o Senador Paulo Otávio do Distrito Federal, vinte milhões; o Deputado Federal João Herman Neto, de São Paulo, quinze milhões; José Sarney Filho, oito milhões e duzentos mil; José Carlos Martinez, Deputado Federal e Presidente Nacional do PTB, vinte e seis milhões e meio; Jader Barbalho, oito milhões e duzentos mil.

O *Jornal do Brasil*, recentemente, publicou uma lista de conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Muitos estão, neste momento, acompanhando o Presidente Lula, no Congresso Nacional. Saíram do Palácio do Planalto a pé e estão juntos com Lula. Vamos ver o que diz a revista sobre essas pessoas.

Foi publicada pelo *Jornal do Brasil* uma lista de conselheiros, todos favoráveis à reforma da Previdência, que seriam devedores da Previdência Social. São eles: Roger Agnelli, da Companhia Vale do Rio Doce, que deve trezentos e noventa e dois milhões para a Previdência; Roberto Setubal, dono do Banco Itaú, trezentos e oitenta milhões; Fernando Ferreira, da telefônica, duzentos e noventa e um milhões; Miguel Jorge Filho, conselheiro do Santander Banespa, cento e sessenta e dois milhões; Mário Artur Cipriano, do Bradesco, cento e três milhões; Fábio Barbosa, do Banco Real, quinze milhões e novecentos mil. Não sabemos a situação atual do empresário Furlan, Ministro do Desenvolvimento, que devia, antes de assumir o Ministério, setenta e um milhões e oitenta e três mil ao INSS.

Vejam os senhores que é fácil propor uma reforma para tirar do lombo do servidor público que contribuiu a vida toda sobre um salário integral. Querem que, novamente, esse servidor, que pagou vinte e cinco anos, no caso de professora; trinta anos, no caso de professor; trinta anos, no caso de mulheres, trinta e cinco anos, no caso de homens, que pagou antecipadamente, porque o seu holerite já chegava descontado o IPEMAT, o IAPETEC, o IAPC ou o INSS... É muito fácil tirar do lombo deles agora e assistirmos, hoje, a marajás milionários e bilionários que devem milhões à Previdência. Por isso, eu acho que antes de falarmos em reforma da Previdência, o certo é fazermos uma auditoria e combatermos esses sonegadores, porque eles, sim, são os verdadeiros responsáveis pelo déficit, se é que há déficit na Previdência.

Eu encerro a minha fala, porque só tenho três minutos, dizendo que eu defendo auditoria nas contas da Previdência, esforços para recuperação de créditos que a Previdência possui e combate rigoroso à sonegação. Defendo também a regularização dos imóveis que a Previdência possui. A Previdência possui mais ou menos quatro mil imóveis completamente abandonados, que não geram nenhuma riqueza para os seus cofres. Sou a favor do teto de vinte salários mínimos, que a CUT anunciou. Sou a favor da previdência pública complementar. Sou a favor da gestão quadripartite, que inclui os trabalhadores na gestão de seus recursos. Sou a favor da incorporação de mais ou menos quarenta milhões de trabalhadores que, hoje, estão na economia informal, são camelôs, são pequenas costureiras, são pequenas empresas de picolé, pipoca, arroz, arroz doce, maria-mole, bolo de arroz, bolo de queijo, floricultura, que não estão na legalidade porque os impostos são altíssimos. Eu defendo que haja a diminuição da carga tributária sobre o patrão, se possível desonerar completamente a folha de pagamento, e a criação de uma alíquota de dois, três,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

no máximo, quatro por cento para que esse trabalhador que está na informalidade venha se credenciar ao INSS, recolhendo os benefícios a que tem direito. Quero deixar claro que sou contra a taxaço de inativos. Por quê? Primeiro, porque, nos últimos vinte anos, eu vi as grandes lideranças nacionais propondo isso, o respeito ao direito adquirido, o respeito às cláusulas pétreas da Constituição.

Eu sou Deputado Federal, juntamente com mais sete, pelo Estado de Mato Grosso, e temos mais três Senadores, mas nós compomos um Congresso Ordinário. O nosso Congresso não é uma Assembléia Nacional Constituinte. O constituinte recebe do cidadão a delegação para fazer uma nova Constituição para tocar, para mexer, para mudar até as cláusulas pétreas. O que são cláusulas pétreas? É o que há de mais importante na vida de um povo. Quais são as nossas cláusulas pétreas? Pouquíssimas! Uma delas, a indissolubilidade do Brasil. O Brasil não pode ser dissolvido, separado, desmembrado. Acabamos de ver, recentemente, uma minissérie, a *Casa das Sete Mulheres*, em que gaúchos e catarinenses sonhavam com a República. Não é isso! E o Império, à época, não permitiu. Essa é uma cláusula pétrea. O Brasil é indissolúvel. Mato Grosso não pode separar, tornar-se um outro país. Todos temos que lutar pela manutenção e integridade do Brasil. Isso é uma cláusula pétrea. Quem levantar e defender a separação do Brasil é um impatriota, é um traidor da pátria. Isso é uma cláusula pétrea.

Uma outra, o Estado Democrático do Brasil. Nós não podemos permitir regime de exceção, ditaduras, nem de direita, nem de esquerda, como há no mundo. O Brasil é um Estado livre e democrático. Isso é uma cláusula pétrea. Todos nós devemos lutar por isso.

Uma outra cláusula pétrea é o direito adquirido. Direito adquirido é um fato jurídico perfeito, é um fato jurídico acabado, é sentença transitada em julgado.

Quando eu contribuí com a minha parte, cumpri com a minha parte, Deputados, senhores e senhoras, eu fiz a minha parte. Cabe ao Estado fazer a dele. Os que contribuíram, contribuíram para se aposentar e se tornar pensionistas integrais, com salários integrais. A minha contribuição foi proporcional ao meu salário íntegro, não parte dele. O direito adquirido é uma cláusula pétrea.

O Supremo Tribunal Federal e o Supremo Tribunal de Justiça já manifestaram antecipadamente que são contra e vão manter o Texto Constitucional, a não ser que consigam mudar o Texto Constitucional. Eu acho que não há legitimidade para o Congresso mudar, mas se mudar, precisa de *quorum* qualificado, são trezentos e oito votos na Câmara e são dois terços dos votos no Senado. Eu não acho fácil. É uma tarefa difícil fazer essa mudança.

Eu agradeço o espaço, parablenzo a Assembléia Legislativa, através do Deputado Sebastião Rezende, do Deputado Zé Carlos do Pátio, da Deputada Verinha Araújo, do Deputado Sguas e dos demais Deputados que se encontram presentes. A Assembléia Legislativa, sem dúvida, não poderia se ausentar de um debate tão importante. Decisões que foram tomadas em nível nacional teriam também que passar pela Assembléia Legislativa. A Assembléia Legislativa vai ter que aprovar uma lei específica aqui para taxar inativos. Se o Congresso aprovar a taxaço de inativos, não basta! A Assembléia Legislativa terá que ter também uma emenda à sua Constituição e, por dois terços, terá que aprovar a taxaço de inativos aqui também. Há muitas leis que deverão se tornar obrigação estadual. Este Parlamento será, sem dúvida, o espaço, o areópago, como se falava na Grécia Antiga, para dirimir dúvidas e aprovar aquilo que interessa ao povo.

É um momento importante. Sem dúvida, o Presidente Lula enfrenta corajosamente as necessidades das reformas. Vamos estar com ele, porque é um momento importante, patriótico. Divergimos em alguns pontos, mas, no principal, no estrutural, o Brasil precisa que apoiemos as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

reformas estruturais para uma nova fase, para um novo momento. Muito obrigado pela atenção (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Ouviremos agora a Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Técnico-administrativo do CEFET/MT, Sr^a Sandra Figueiredo Santiago Shinohara.

A SR^a SANDRA FIGUEIREDO SANTIAGO SHINOHARA - Em nome do Deputado Sebastião Rezende, cumprimento todos os Deputados Estaduais que compõem a Mesa, os demais Deputados que se encontram no recinto e o Deputado Federal Wilson Santos.

Em nome da Sr^a Isabel Consuelo Martinez Martins, cumprimento todos os servidores aposentados do nosso Estado; em nome da Sr^a Wilza do Carmo Pereira Soares, cumprimento todos os servidores públicos, federais, estaduais e municipais, do Estado de Mato Grosso; em nome do Sr. Silvino da Costa Monteiro, cumprimento os pensionistas e todos os representantes de sindicatos, associações e entidades de servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Inicialmente, quero agradecer, de público, ao Deputado Wilson Santos que, no dia 28 de fevereiro, preocupado com os servidores públicos federais, estaduais e municipais, sugeriu, numa reunião dentro de seu gabinete, que fosse criado um fórum para discussão das propostas da reforma da Previdência, mesmo que suposições, que estavam por vir e que afetariam o dia-a-dia de todos nós servidores públicos.

Deputado Federal Wilson Santos, eu, em nome dos servidores, quero agradecer a iniciativa e a preocupação de Vossa Excelência para com os servidores.

Quero passar aqui aos nossos colegas, servidores na ativa, aposentados e pensionistas, que, no dia 17 de março, foi criado o Fórum Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso.

Esse Fórum foi criado, inicialmente, com a presença de vinte e uma entidades preocupadas em estar avaliando, analisando e acompanhando toda a discussão, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, das questões da reforma da Previdência.

No mês de março e durante o mês de abril, estivemos viabilizando um evento em que pudéssemos estar discutindo o que está acontecendo no momento.

Por sorte, esse evento foi marcado para o dia 09 de maio. Por que sorte? Porque hoje, como todos sabem, está sendo encaminhada a proposta do Executivo Federal ao Congresso Nacional. No dia 09, então, conforme dados do *folder* aqui afixado, estaremos realizando o I Seminário da Previdência Social de Mato Grosso, na FIEMTEC, situado na Av. 15 de Novembro, n^o 303, Bairro Porto, durante os períodos da manhã e da tarde, com início às 08:00 horas. Conclamamos todos os senhores a estarem presentes e a convidarem todos os colegas para que, juntos, possamos realmente tomar conhecimento de toda a proposta e de tudo o que pode ser mudado que afetará a nós servidores.

Solicito dos senhores que estejam presentes, para que façam parte dessa massa. Em todo o País está começando essa movimentação, essa discussão para que realmente possamos estar cientes do que está acontecendo.

Quero aqui também agradecer todas as entidades que compõem o Fórum que são: FASUBRA, ASFIMC, ANASPS, SINPDP/MT, ASSIBGE, SINT, SEEB, ANFIP, AAIT/MT, CORECON/MT, SINTAP, SINTEP, SINSET, SIMOMAT, SINPP, SINTUF, SINASEFE, SINPROTAF, SINDSPREV/MT, AFFEMAT, SINFATE, ADUFMAT, FESSP/MT, AISMAT, FENAFISCO, SINDEPO, SISMA, SINTEMA, SIAGESPOC, SINPREV e SIPROS. Essas são as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

entidades que estão, no dia-a-dia, participando para que o evento do dia 09 de maio tenha o maior sucesso possível.

Quero também dizer que este evento está aberto a todas as entidades. Nós precisamos que vocês estejam presentes.

Agradeço a oportunidade e quero conclamar todos os colegas servidores públicos, ativos ou aposentados e também os pensionistas, para que juntos lutemos para garantir os direitos que constitucionalmente temos.

Vai depender da nossa mobilização, da nossa reivindicação junto aos nossos Parlamentares, federais, estaduais e municipais, para que eles entendam o porquê das nossas reivindicações, que são, com certeza, justas.

Muito obrigada (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Deputado Ságuas.

O SR. SÁGUAS - Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Federal por Mato Grosso, Wilson Santos, e cumprimentar todo o público presente.

Essa questão é bastante polêmica, por isso essa reforma não foi feita até hoje. Há muitos anos que há necessidade de se fazer uma reforma previdenciária neste País, e tributária também.

A reforma previdenciária, não tenho dúvida nenhuma de que ela acontecerá, agora, no Governo do Presidente Lula. Este Governo que sempre defendeu os trabalhadores e sempre esteve ao lado da luta dos trabalhadores terá que tomar algumas medidas, até mesmo contrárias a algumas defesas que foram feitas em determinados momentos.

O entendimento é que, se nós mantivermos a Previdência como ela está, daqui a pouco, as pessoas aposentarão de direito, porém, de fato, não terão acesso aos benefícios, porque a Previdência não terá recursos. É bastante preocupante. A situação da Previdência é muito crítica. Nós não podemos viver com o regime previdenciário de hoje, em que dez a vinte por cento consomem cinquenta por cento dos recursos da Previdência e setenta a oitenta por cento consomem o restante desses recursos. Têm pessoas ganhando demais e têm pessoas ganhando pouco.

O Deputado Wilson Santos colocou a questão dos salários dos marajás, que estão colocados todos os dias na imprensa, das altas aposentadorias, de trinta, de quarenta, de cinquenta mil reais. Esses contribuíram com mil e pouco reais e passaram a ter, ainda que precocemente, ainda que muito jovem, uma aposentadoria milionária, sem terem contribuído por essas aposentadorias. E esse dinheiro tem que sair do bolo do total da Previdência. Essas disparidades têm que ser eliminadas com essa reforma previdenciária. Eu acho que com relação a este ponto ninguém tem dúvidas, ninguém tem questionamentos.

Nós precisamos também, agora, rever esse piso de dois mil e quatrocentos reais. A CUT está defendendo quatro mil e oitocentos reais. Também temos a questão da taxaço dos inativos, que é a questão mais polêmica da reforma tributária que foi enviada ao Congresso Nacional. A proposta inicial era de mil e cinquenta e oito reais e a partir daí haveria taxaço dos inativos. Havia uma proposta. Eu não sei se foi encaminhada com dois mil e quatrocentos reais, Deputado Wilson Santos. Eu não sei, porque é informação de ontem para hoje.

A Deputada Verinha Araújo estava me dizendo que provavelmente a taxaço seria acima de dois mil e quatrocentos reais. Dessa maneira, preservar-se-ia, pelo menos, setenta por cento dos inativos que ficariam livres da taxaço. Quando se fala em taxaço de inativo, dá-se a sensação de que cem por cento dos inativos serão taxados.

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

O SR. SÁGUAS - Oitenta e quatro por cento? Deve ser em torno disso.
São questões polêmicas que nós temos que debater.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, sempre combatemos a taxaço dos inativos, porém estamos no Governo agora e temos que garantir que a Previdência chegue a todos. Aí a situação é bem mais complicada. Está surgindo dificuldade porque o Governo Lula está fazendo essa defesa e alguns companheiros do próprio Partido estão questionando isso. Nós temos dúvidas em relação à taxaço dos inativos, porém nós teremos três a quatro meses, ou até mais, dependendo do tempo que essa proposta tramitar no Congresso Nacional, para aprofundarmos esse debate, para discutirmos, para termos dados mais completos sobre essa questão, e aí escolhermos o melhor caminho para a Previdência Social. Sem dúvida nenhuma, a reforma tributária é necessária e, com certeza, quem sairá ganhando será a pessoa que ganha menor salário, porque hoje ela, de longe, beneficia aos grandes salários deste País.

Temos que combater também a questão das empresas que devem à Previdência. Aqui, em Mato Grosso, nós temos muitas grandes empresas que devem à Previdência Social e que não pagam de jeito nenhum. O mais preocupante é que têm algumas dessas empresas que ganham a licitação do Governo Federal. Eu não sei qual mecanismo que eles usam, não sei se é através de liminar que eles participam de licitação do Governo Federal e começam a executar obras da União. Eu fico pensando se eles ganham o direito de participar da licitação através de liminar, mas de qualquer forma o Governo teria que descontar, na hora de realizar o pagamento, essa dívida que eles têm com a Previdência. Eu não sei quais mecanismos eles utilizam, mas o Governo fica incapaz de coibir a participação dessas empresas na licitação, mesmo estando em déficit com a União. Depois de participarem, a União não tem um mecanismo para descontar dessas empresas o que elas lhe devem. São por todas essas questões que nós temos que dar continuidade a esta discussão.

Hoje, a proposta chegou ao Congresso Nacional. Eu não tenho dúvida nenhuma de que sofrerá modificações. Nós, aqui em Mato Grosso, como em todo o Brasil, temos que mobilizar todas as categorias de trabalhadores, para que possamos, de fato, garantir que essa reforma saia da melhor maneira possível, para que o trabalhador não seja prejudicado. Era isso o que eu tinha a colocar. Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - A pedido do Deputado Ságuas, nós fizemos questão de passar a palavra a ele antes, para depois ouvirmos o Coordenador do Fórum Previdenciário de Mato Grosso e Auditor Fiscal da Previdência Social, o Sr. Benedito Cerqueira Sebba.

O SR. BENEDITO CERQUEIRA SEBBA - Boa-tarde a todos. Meus cumprimentos ao Presidente da Mesa, Deputado Sebastião Rezende, à Deputada Verinha Araújo, ao Deputado Federal Wilson Santos, ao Deputado Zé Carlos do Pátio, ao Deputado Ságuas e a todos os participantes desta Audiência Pública.

A Assembléia Legislativa está de parabéns.

Gostaria de parabenizar os Deputados da Comissão Especial que acompanha a reforma previdenciária por abrir este espaço para discutir com o trabalhador, com o servidor público, a reforma da Previdência Social.

Em especial, gostaria de agradecer ao Deputado Wilson Santos, que vem dando apoio ao Fórum e foi um dos mentores desse fórum dos servidores públicos para discutir a reforma da Previdência.

Eu sou Auditor Fiscal da Previdência Social. Tenho conhecimento da realidade da Previdência. Muitas inverdades, como foi colocado aqui muito bem pelo Deputado Wilson Santos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

estão passando à sociedade. Na realidade, poderíamos, sim, discutir essa auditoria na Previdência Social. Deveríamos, sim, rever mecanismos para combater fraudes e sonegação na Previdência.

Eu começo aqui a minha palestra.

A Previdência Social é apontada como grande obstáculo para o crescimento da economia do nosso País. Quando se fala em aumentar o salário mínimo, significa quebrar a Previdência Social. O Governo passa à sociedade informações de que a Previdência é deficitária. Não podemos analisar a Previdência Social baseados apenas na arrecadação de contribuições de empresas, empregados e contribuintes individuais, pois as fontes de financiamento da seguridade social, formada pela previdência, saúde e assistência, são constituídas também pelas receitas de contribuições de COFINS, contribuições sobre o lucro líquido, concurso de prognóstico, receita própria da saúde e CPMF, que, no exercício de 2002, atingiram a cifra de 157,40 bilhões de reais, e as despesas, 124,44 bilhões de reais, obtendo um saldo superavitário na ordem de 32,96 bilhões de reais (Fontes: SIAFI e Fluxo de Caixa do INSS).

Não podemos admitir usar os servidores como bode expiatório.

Nós servidores públicos estamos sofrendo desde o Governo Fernando Collor um processo de humilhação e desvalorização.

O Governo Fernando Henrique, com um discurso de múltipla inverdade, pintou um quadro crítico dos servidores, para favorecer as privatizações, a terceirização e a flexibilização trabalhista, responsabilizando os servidores públicos aposentados e pensionistas pelo déficit da Previdência Social. Tentou inúmeras vezes taxar os inativos, desrespeitando princípios constitucionais. Nos seus oito anos de Governo, concedeu, para os servidores públicos, um único aumento salarial de 3,5%, em janeiro de 2002.

O atual Governo não tem sido diferente. O reajuste salarial concedido foi na ordem de 2,5% linear e está propondo uma reforma na Previdência Social que visa única e exclusivamente retirar direitos dos servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Eis os pontos da reforma anunciada pelo Ministro da Previdência Social:

- contribuição para servidores inativos (atuais e futuros) acima do limite de isenção do Imposto de Renda - R\$1.058,00 (a partir desse valor o aposentado será tributado);

- padronizar entre União, Estados e Municípios as alíquotas de contribuição entre ativos e aposentados, implementando a alíquota de 11%;

- fim da regra de transição na idade mínima para servidores que ingressaram no setor público até dezembro de 1998 (atualmente pode aposentar a mulher com quarenta e oito anos e o homem com cinquenta e três e a idade mínima proposta passaria para cinquenta e cinco e sessenta anos, respectivamente);

- quem se aposentar antes da idade mínima de cinquenta e cinco e sessenta anos, como o proposto, terá um redutor de 5% sobre o valor do benefício para cada ano de trabalho que faltar para a idade mínima, no limite de 35% (o servidor deverá ter no mínimo quarenta e oito anos, mulher, e cinquenta e três, homem, para aposentar proporcionalmente);

- para servidores que já trabalham na iniciativa privada, acaba a aposentadoria integral (o tempo de serviço, pelas regras do regime geral de Previdência Social, entrará no cálculo da aposentadoria proporcionalmente, combinando com o tempo de contribuição para o setor público);

- as pensões passarão a ser de 70% do valor do benefício do servidor aposentado ou do salário do funcionário;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

- fixar novo teto para as aposentadorias do regime geral de Previdência (hoje o valor é de R\$1.561,56 e está sendo proposto um teto de R\$2.400,00, que também valerá para futuros servidores);

- criar alternativa ao PL-9, enviado pelo Governo anterior ao Congresso (a idéia é autorizar a criação de Fundos de Pensão para futuros servidores).

Não somos contra a reforma, porém defendemos uma proposta que venha melhorar a estrutura da Previdência Social, que proporcione ao trabalhador regido pela CLT um benefício maior que o oferecido atualmente.

Não concordamos com as aposentadorias milionárias, mas também não concordamos em fixar os valores das aposentadorias com base no regime geral de Previdência Social, pois os servidores públicos contribuem com 11% sobre o total de sua remuneração, enquanto que os trabalhadores da iniciativa privada contribuem com até 11% sobre o limite máximo de R\$1.561,00. Servidores públicos não têm direito a FGTS, não têm direito à indenização, não têm direito a auxílio desemprego, não têm direito à participação em lucros, não podem ter um segundo emprego, entre outros.

Muitos direitos conquistados pelos servidores públicos foram retirados na reforma administrativa e na previdenciária, concluídas em 1995 e 1998, respectivamente. As correções e ajustes necessários para solidificar a Previdência Social no Brasil foram objeto de discussão e aprovação pelo Congresso Nacional, no Governo passado, culminando com a Emenda Constitucional nº 20, promulgada em dezembro de 1998.

Defendemos também, desde que não implique redução e/ou quebra de direito, debater para alterar a Emenda Constitucional nº 20. Primeiro, evitar abusos e desvios na concessão de pensões; ampliar o tempo de serviço público e do cargo para efeito de aposentadoria integral para os novos servidores; instituir incentivos para retardar eventuais aposentadorias precoces; estabelecer um teto único de remuneração e proventos no serviço público, como forma de evitar aposentadorias milionárias, em obediência ao art. 37 da Constituição Federal; instituir penalidades ao administrador público inadimplente com o regime próprio.

Outras medidas poderão ser adotadas para melhorar a Previdência Social. Entre elas, citamos:

- políticas integrativas;
- integração efetiva das ações de seguridade social e de seu orçamento, reforçando o papel do Conselho Nacional de Previdência Social e reativando o Conselho Nacional de Seguridade Social em todas as esferas de governo;
- retorno dos Conselhos Estaduais e Municipais de Previdência Social, extintos em 1998 e 1999, respectivamente;
- manutenção da pluralidade das fontes de financiamento;
- elaborar e executar rigorosamente o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em separado;
- gestão com controle social quadripartite, com participação de aposentados, empregados, empregadores e Governo;
- manutenção do SIMPLES, porém com alíquotas compatíveis para evitar a perda de receita e com a fiscalização a cargo do INSS;
- fim de todas as isenções de contribuições sociais pelo Tesouro Nacional;
- criação de Varas Especiais para tratar de benefícios da seguridade social;
- criação de Varas Especiais para tratar de problemas tributários, inclusive encargos sociais;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

- atacar o estoque da dívida ativa, hoje em cento e cinquenta bilhões de reais, com seriedade (não adianta fazer propaganda de um lado e afrouxar de outro);
- permitir ampliação do SIMPLES, REFIS, com tratamento único para os setores público e privado, e redução dos prazos de refinanciamento fiscal;
- manter a gestão de benefícios previsíveis, imprevisíveis e acidentários e não permitir a gestão via mercado na parte referente ao regime geral;
- inserir conteúdos referentes à seguridade social no sistema escolar em geral;
- unificar todos os registros de acordo com o registro de cidadania do brasileiro (hoje existem múltiplos registros de cidadania e tributação);
- monitoramento dos benefícios;
- promover comparações entre concessões, manutenção e duração de benefícios, entre localidades e outras variáveis;
- criar bases comparativas entre a base brasileira e a internacional sobre a incidência de riscos em localidades e categorias socioprofissionais;
- pode ser introduzido o faturamento líquido, o faturamento bruto, menos a folha, devendo permanecer a parcela do empregador em bases acessíveis, sem a especialização das fontes de financiamento;
- excluir a desvinculação das receitas da União das contribuições sociais;
- criar compensação por parte do Tesouro para renúncias fiscais;
- mecanismos de compensação entre contribuições de empregados e empregadores rurais, com objetivo de desestimular os acordos entre patrões e empregados, trazendo-os para formalidade;
- propor uma emenda constitucional vedando, definitivamente, qualquer tipo de anistia fiscal.

São estas as propostas dos servidores públicos para solidificar a Previdência Social.

Como demonstra o próprio relatório Balanço da Seguridade Social, os recursos da Previdência estão sendo utilizados para fazer superávit primário. Mesmo que sejam utilizados, que o Governo emita títulos para que amanhã ou depois não alegue que a Previdência é deficitária.

Outros mecanismos poderão ser introduzidos, como, por exemplo, buscar meios para trazer quarenta milhões de trabalhadores, hoje na informalidade, que não contribuem para a Previdência Social e que, futuramente, não terão direito a nenhum benefício.

Nós queremos, sim, uma Previdência forte, mas, nós servidores não queremos ser responsabilizados pela situação e pelo déficit que não existe na Previdência Social. Se a Previdência fosse tão deficitária, não existiria por parte do mercado financeiro interesse nessa fatia. Coisa falida, ninguém tem interesse. Com certeza, é lucrativa. Portanto, gostaria de pedir, aqui, a todos os Parlamentares um apoio à causa da Previdência e à causa do servidor público. Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde!

Eu quero cumprimentar todos os companheiros e companheiras que participam deste debate, proposto pela Comissão que acompanha a reforma da Previdência, uma Comissão Especial da Assembléia Legislativa, composta por mim, pelo Deputado Sebastião Rezende, pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, pelo Deputado Eliene que está se afastando da Assembléia Legislativa, por isso não se encontra presente. Parece-me que são esses os Deputados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Logo que iniciamos nosso mandato, aqui, na Assembléia Legislativa, tivemos várias reuniões com entidades dos servidores públicos estaduais, discutindo a questão do IPEMAT, a forma como o IPEMAT foi fechado no Estado. Na verdade, não houve nenhum debate com os servidores. Foi feito de uma forma sem consulta e nós sabemos realmente a falta que o IEMAT está fazendo a vários servidores. Apesar da situação do IPEMAT, nós avaliamos que faltou um debate em torno do fechamento da parte de assistência à saúde. Além disso, nós constituímos esta Comissão... Eu sou servidora pública municipal, sou professora pública municipal, fui dirigente do SINTEP, subsede de Cuiabá, durante duas gestões.

Nós queremos que esse debate que, hoje, a partir do protocolo no Congresso Nacional do projeto do Governo Federal, deverá ocupar os nossos trabalhos, principalmente o nosso trabalho de Parlamentar...

O objetivo desta Comissão, hoje reunida aqui e estaremos também no dia 09 no seminário, é estar ouvindo muito mais os servidores, as entidades, saber qual será o projeto a ser protocolado, para fazermos com que esse projeto que será apreciado pelo Congresso Nacional traga justiça social e não traga injustiças. Nesse sentido, eu gostaria de colocar algumas questões.

A primeira é que a reforma da Previdência já se iniciou em 1998, com a Emenda Constitucional nº 20, que trouxe para o sistema previdenciário algumas modificações, com o objetivo de atender a questão econômica por que o País passava e passa, que era, infelizmente, atender o FMI e o Banco Mundial. Ela trouxe, no seu texto, o princípio da contributividade. Antes, até então, nós servidores públicos aposentávamos pelo tempo de serviço, nós não tínhamos a obrigatoriedade de comprovar o tempo de serviço, quem tinha era o nosso empregador. Então, a partir da Emenda Constitucional nº 20, nós, além de termos que provar que contribuímos, também temos que ter um tempo mínimo no serviço público para nos aposentarmos.

Essas modificações que, hoje, serão acrescidas, já estavam na Emenda Constitucional nº 20, na reforma de 1998, quando os servidores públicos se posicionaram, se mobilizaram. Como exemplo, nós vamos pegar a categoria dos professores. Nós estamos aqui com uma professora, por exemplo, que é aposentada. Sabe-se que, na época, o Governo queria modificar a aposentadoria especial dos professores. E modificou! Tanto é que, hoje, os professores têm que, obrigatoriamente, no caso das mulheres, ter quarenta e oito anos de idade e vinte e cinco anos de serviço em sala de aula. As professoras que não conseguem comprovar vinte e cinco anos de regência... Se ela dedica algum tempo à direção de escola, à supervisão de escola ou faz um trabalho fora da sala de aula, ela não pode contar aquilo para aposentadoria especial. Os homens podem se aposentar com cinquenta e três anos de idade, também tendo de comprovar trinta anos de efetivo exercício na regência.

Esse princípio, já na Emenda Constitucional nº 20, mexeu com a aposentadoria especial de professor. Tanto é verdade que os nossos professores, quando concluem os vinte e cinco anos, mulheres, e os trinta anos, homem, e não têm a idade mínima, são obrigados a trabalhar mais tempo para poderem se aposentar. Então, a aposentadoria especial de professor já foi modificada com a Emenda Constitucional nº 20. Os professores universitários que tinham aposentadoria especial perderam com a reforma de 1998.

Além disso, eu gostaria de dizer também que com relação à questão da reforma hoje, eu concordo plenamente que nós não podemos imputar culpa aos servidores públicos. Esse discurso, nós enfrentamos no Governo Collor, no Governo Fernando Henrique, e não vamos permitir que agora os servidores públicos sejam colocados como bode expiatório, mesmo porque nós também não podemos deixar de considerar que, infelizmente, existe, sim, dentro dos servidores públicos, um setor que tem altos salários, que tem acumulada uma série de salários indevidos, altos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

e que esses servidores não contribuem percentualmente igual a um servidor que ganha um salário mínimo de duzentos, trezentos reais, nessa faixa. É isso que nós temos que enfrentar na reforma da Previdência. O que não dá mais é ver esse tipo de coisa, um ex-deputado estadual ter aposentadoria de deputado estadual, assim como ex-deputado federal, senador e governador, mesmo que ele passe apenas quinze dias no Poder, ele acumula. Esse tipo de coisa nós também vamos ter que enfrentar, assim como a questão dos nossos trabalhadores que estão na iniciativa privada.

Hoje, o teto, como foi colocado aqui, é de mil quinhentos e sessenta reais. Hoje, se o projeto que chegar ao Congresso Nacional ampliar esse teto para dois mil e quatrocentos reais, então, quem recebe até esse valor não terá a cobrança enquanto inativo nem quanto ativo. É um teto, hoje, ainda que nós precisamos rever, em função de que nós somos sindicalistas e a CUT está defendendo um teto de vinte salários mínimos. Essa é uma questão.

A outra que eu queria levantar aqui é com relação às proposições. Pelas últimas informações que temos, no projeto que vai chegar hoje ao Congresso Nacional entra essa questão do teto. A emenda à reforma... Eu vou só citar aqui. O Sr. Benedito Sebba já citou aqui alguns pontos do que chegará ao Congresso hoje, como essa questão do teto de dois mil e quatrocentos reais; a cobrança de 11%, como contribuição previdenciária, dos inativos atuais da União, dos Estados e dos Municípios; a padronização nacional da cobrança mínima dos servidores ativos de 11%, quem quiser cobrar a mais pode fazê-lo, e fica isento da contribuição de 11% cobrada dos inativos o valor que estiver isento do Imposto de Renda. Hoje, quem recebe até mil de cinquenta e oito reais não precisa declarar Imposto de Renda, assim, essa faixa ficaria isenta da cobrança dos 11%.

Com relação à aplicação do redutor de 30% das pensões dos novos pensionistas, os atuais funcionários públicos que se aposentarem e gerarem pensão terão um redutor de 30%. Só quem já é pensionista não sofrerá o desconto. As condições de pagamento de 70% do valor das aposentadorias aos pensionistas serão fixadas em lei ordinária. A idade mínima de aposentadoria dos servidores, que passa dos atuais 48 anos para 55 anos, se mulheres, e para os homens de 53 anos para 60 anos. Só se aposentam com salário integral os funcionários que tiverem efetivamente 35 anos, se homem, e 30 anos, se mulher, de serviço público. Uma vez aposentados, continuam a contribuir para a previdência com 11%. Quem quiser se aposentar antes dos 55 anos, mulheres, e 60 anos, homens, perde 5% do valor da aposentadoria integral a cada ano antecipado. É permitida uma antecipação de, no máximo sete anos, isto é, a partir do 48 anos, mulher, e 55 anos, homem. Quem não tiver direito à aposentadoria integral, aposenta-se pelo benefício médio, o proporcional ao tempo de serviço e a contribuição para o regime de funcionários públicos, somados ao proporcional de contribuição para o INSS. Para os novos funcionários públicos valerão as regras do Projeto de Lei Complementar nº 09, em tramitação na Câmara, aposentadoria até o teto do INSS, de dois mil e quatrocentos reais. Quem quiser receber acima desse teto tem que contribuir para um fundo complementar, fundo fechado. As contribuições do empregador público para esse fundo têm que ser, no máximo, iguais aos dos funcionários públicos; por terem o direito constitucional à previdência especial, a reforma será feita por lei ordinária. Agora, a emenda à reforma do regime próprio alcança os militares na questão das pensões, que serão pagas com o mesmo redutor de 30%.

Esses são os pontos que estarão chegando hoje ao Congresso Nacional, mas aqui em Mato Grosso como é que está? Mesmo porque temos vários servidores públicos aqui que são ligados ao Estado de Mato Grosso, ou mesmo às prefeituras. Enquanto não votar esse projeto no Congresso Nacional, aqui não se vota nada, nem na Assembléia Legislativa e nem nas Câmaras Municipais. Com certeza, vai se aguardar a votação no Congresso Nacional. Nesse sentido, nós, enquanto membros desta Comissão, propomos a integração desta Comissão, Sebba, ao Fórum dos Servidores Públicos já constituído, para que a Comissão faça o acompanhamento e leve as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

proposições ao Congresso Nacional, através dos nossos Parlamentares Federais, para acompanhar lá a votação, para que o projeto votado seja mais justo.

Quero dizer também que hoje o que se está entregando ao Congresso Nacional não é um projeto só da Presidência da República, é um projeto com reivindicações de todos os Governadores deste País. Então, não é pegar e transferir a responsabilidade para o Presidente Lula sozinho. Por quê? Porque os Governadores, os vinte e sete Governadores estiveram, por duas vezes, com o Presidente Lula e levaram essas reivindicações. Há, inclusive, Estados que já cobram dos atuais aposentados. Há vários Estados do Brasil que fazem essa cobrança. É óbvio que eles têm todo interesse de que isso saia do Congresso Nacional para os Estados, até porque teria referendo de uma posição, de uma situação que hoje já é vivida em vários Estados. Então, esse projeto que hoje está sendo protocolado é consenso de todos os Governadores, inclusive do Governador Blairo Maggi aqui de Mato Grosso, que está lá hoje, fazendo o protocolo conjuntamente.

Quero dizer também que nos colocamos como uma companheira de luta ao lado dos servidores públicos que somos, dizer que vamos fazer toda interlocução, todo trabalho que estiver ao alcance desta Parlamentar, para que tenhamos um projeto realmente identificado com os anseios, com toda a luta que construímos e com a qual nos identificamos.

Coloco-me à disposição e quero dizer que este momento hoje é um primeiro momento, porque estaremos no dia 09 no Seminário, com certeza, já traçando caminhos, porque eles não vão demorar muito com o projeto, parece-me que o processo será muito ágil.

Agradeço e vamos ouvir os servidores e entidades porque são esses que temos que ouvir para saber o que pensam (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Registro aqui a presença da Sr^a Janete Riva, esposa do Deputado Riva.

Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Quero cumprimentar o Deputado Sebastião Rezende, a Deputada Verinha Araújo, a palestrante Sr^a Sandra Figueiredo Santiago Shinohara e o palestrante Sr. Benedito Cerqueira Sebba.

Eu vou ser prático. No mandato passado, eu cheguei aqui, aquele Deputado matutão do interior, e comecei a ver aquelas pensões alimentícias, a criação de pensões para certas pessoas, certos políticos, certos setores da sociedade. Vi que não estava certo e comecei a votar contra. Como é que eu vou votar a favor de uma coisa esquisita dessa?

Chegou ao ponto de vir um projeto, criando pensões para cem pessoas, ex-topógrafos de Mato Grosso, que ajudaram a fundar Mato Grosso. Havia garotão de quarenta anos de idade. Eu fiquei sabendo depois. Fui investigar. Nem com topografia trabalhava, nunca pegara em um teodolito na vida dele. Houve pensão para ex-secretário de Estado... Eu sempre ficava assim, com aquele jeitão desconfiado, e votava contrário a tudo, e dava parecer contrário a tudo.

Eu quero fazer uma ponderação aqui. Fui eu inclusive quem entrou com aquele projeto para acabar com as pensões de ex-governadores, mas levei uma surra aqui da Assembléia Legislativa, dos vinte e quatro Deputados, só cinco votaram comigo. Aliás, aqui na Assembléia Legislativa, eu mais apanhei do que obtive vitórias, para acabar com as pensões de ex-governadores.

Quero aqui fazer algumas ponderações. Eu acho que quem prejudica a previdência... Vou falar, mas não sou da área. A minha esposa é professora, dá aula, está em sala de aula. Todos os dias, a partir das sete horas da manhã, ela está dando aula em uma escola pública do Estado e ganha oitocentos reais por mês.

Eu acho que quem prejudica a previdência do servidor não é o servidor, quem prejudica a previdência do servidor são os ajustes, os esquemas que têm por trás disso daí. Os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

senhores estão entendendo? Eu vou dar um exemplo claro. Se nós fizermos uma auditoria no Tribunal de Justiça, no Tribunal de Contas, na Assembléia Legislativa, no Governo do Estado, nós vamos encontrar muita pessoas que não são servidores efetivos, mas que estão efetivados de forma irregular. Passou pelo Ministério Público, houve omissão do Ministério Público, houve omissão do Tribunal de Contas, e está aí, hoje, o servidor recebendo a sua pensão, recebendo o seu direito, que não é direito.

O servidor, ou ele é efetivo ou é concursado, ou é estável ou não é. Bem, uma outra coisa, um dia eu cheguei, estava lá em Brasília, eu estava revoltado. Pôxa, vida! Olhem só como nós que não somos da área ficamos. Eu sou engenheiro civil, matemático. Eu fiz três cursos, mas não sou da área de Direito. Então eu estava revoltado ali, conversando. Eu acho injusto. Enquanto um trabalhador que trabalha durante trinta e cinco anos para receber salário mínimo, paga INSS, muito servidor faz incorporação salarial e sai de seis mil para dez, doze mil reais, em dois anos, e depois recebe aposentadoria de doze mil. Os senhores acreditam! Daí a pessoa saiu. Eu estava conversando em uma roda, a pessoa tinha acabado de sair, e alguém falou: “Aquele ali é Delegado da Polícia Federal, ele tinha um salário de seis mil reais, assumiu a Delegacia da Polícia Federal, ficou dois anos como Delegado da Polícia Federal, recebendo salário de doze mil reais, e agora se aposentou com salário de doze mil reais”. Isso é justo?

O que quero colocar aos senhores que, como um Deputado simples, que já tem cinco mandatos na minha vida pública, eu vejo que o servidor não tem culpa disso. Todas essas coisas erradas que nós vemos não é culpa do servidor.

Aprovar, aqui na Assembléia Legislativa, pensão para ex-secretários, essas coisas nós não temos culpa não. Querer incorporar salário de dois anos de trabalho, eu não acho justo isso, não.

Eu penso que a reforma previdenciária é desse jeito. Eu penso que nós temos que fazer uma auditoria, porque se dermos uma peneirada vai sobrar para muita gente, e essa peneirada tem que ser grande. Nós temos que apurar bem. É isso que eu quero. Não precisa fazer reforma previdenciária, não. Só com essa... (APLAUSOS) ...peneirada, nós vamos resolver o problema do servidor e vamos lhe dar o direito de ter um salário digno, uma vida digna. O que eu estou sentindo é que tem muito esquema por trás que muitas vezes está prejudicando aquele servidor que doou a vida dele. É isso que eu acho errado. Ele pegou, doou a vida dele todinha para trabalhar no serviço público. Ele poderia ter tido outra atividade.

Outra coisa que eu vi ali.

Engraçado, olhando assim, é a primeira coisa que tenho... Eu sou engenheiro, matemático e sou também oficial do Exército. Eu li ali e me perguntei: por que o militar vai ter um tratamento diferenciado? Por quê? Todos têm que ser exclusivos. Professores têm que ter exclusividade de serviço à educação. O militar não tem que ter exclusividade ao serviço dele. Eu acho que o militar tem que ser tratado como qualquer um. Eu acho que não tem que ter diferença entre um servidor e outro. Todos são servidores públicos.

Eu senti ainda aquele ranço da Revolução de 64. Foi isso que aconteceu dentro de mim. Eu estou falando aquilo do que estou sentindo. Eu aqui estou falando que o que eu estou sentindo é o ranço da Revolução de 64. Ah, não vou mexer nos militares, porque esses podem dar problema e tal. Vamos ficar com eles assim, eles são intocáveis. Ora, ninguém é intocável. Eu acho que todo mundo tem que participar.

Eu não estou aqui criticando ninguém, mas eu acho que nós temos que apurar. Tem que realmente fazer uma auditoria. Tem que ver o que está acontecendo. Eu estou recebendo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

uma informação de que o militar ainda faz uma contribuição menor do que os servidores civis, 7,5%. Acabei de receber a notícia aqui.

Eu quero aqui parabenizar por esta Audiência Pública. Nós vamos trabalhar nesta questão. Os senhores podem contar com o nosso apoio. Quero dizer que não é o servidor da educação, da saúde, esse servidor trabalhador que doou sua vida, que deve ser penalizado com essa reforma que estão fazendo aí, porque muitas vezes foram ações escusas aos interesses públicos que fizeram com que a situação da Previdência chegasse aonde está, é público.

Podem contar com o Deputado Zé Carlos do Pátio, porque nós vamos estar juntos nesta caminhada (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Daremos início neste momento aos debates. Os integrantes da platéia, previamente inscritos, disporão de três minutos para exposição. Nós gostaríamos que esses três minutos fossem respeitados para que nós possamos ter nesse período o maior aproveitamento possível.

Com a palavra, o Sr. José Maria Biancardini.

O SR. JOSÉ MARIA BIANCARDINI - Boa-tarde a todos presentes, a esta simpática Mesa, ao meu caro Deputado Sebastião Rezende, à Deputada Verinha Araújo, ao Deputado Zé Carlos do Pátio que eu achava um pouco antipático, mas depois da sua palestra estou contigo e não abro, porque o que o senhor pensa, eu também penso.

Deputado Zé Carlos do Pátio, eu me dediquei à saúde pública. Eu sou farmacêutico sanitário.

Quando entrei na Secretaria de Saúde, no dia 1º de dezembro de 1968, eu me sentia orgulhoso de ser funcionário público. Hoje, depois de aposentado, de ter me dedicado aos leprosos, aos loucos, aos tuberculosos durante a minha vida profissional de bioquímico - eu tenho três filhos, duas moças e um rapaz -, não quero o serviço público para os meus filhos.

Ainda, hoje, comentei com o Silvino - eu faço parte da Associação dos Aposentados do IPEMAT - que nós, barnabés, carregamos o piano. De quatro em quatro anos, entra um secretário da panelinha, sai rico e nós ficamos pobres, ficamos pobres (APLAUSOS). O grande problema do funcionário público...

Com 30 anos de trabalho, nunca recebi uma punição, nunca recebi uma advertência, nunca faltei ao serviço, nunca tirei licença-prêmio. Têm funcionários públicos honestos! Nós não somos corruptos! Nós carregamos a pedra para bandidos.

Agora, a respeito dos Deputados, os senhores são responsáveis pela conta do Estado. Como os senhores aprovam uma conta do Governador Dante de Oliveira, o Tribunal de Contas aprova uma conta do Governador Dante de Oliveira, e vem esse atual Governador dizer tudo que está dizendo? Para que existe o Tribunal de Contas? Nessa mudança política tem que ter um mecanismo para acabar com esse nepotismo do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, nomear apadrinhados, parentes, tem que acabar com isso!

A respeito do professor e Deputado Federal Wilson Santos, que é um menino que eu admiro muito, pela cultura, pela inteligência... Por que o Governo não cobra esses devedores tubarões do País? Agora, eu paguei 30 anos, contribuí, quem me paga sou eu mesmo, não é o Governo que me paga (APLAUSOS)! Quem paga José Maria é José Maria! E querem me tirar 11%! Pelo amor de Deus, acuda-nos!

Deputada Verinha Araújo, prazer em vê-la (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Adão Barbosa, que dispõe de dois minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

O SR. ADÃO BARBOSA - É um prazer imenso estar aqui perante esta platéia de companheiros, servidores, aposentados, pensionistas e cidadãos comuns.

Eu queria parabenizar a Mesa e a Comissão Especial que acompanha a reforma da Previdência, que nos atendeu quando procuramos a mesma para que pudéssemos oferecer sugestões sobre possíveis posições dos servidores nessa reforma tão necessária à Previdência.

Eu sou vice-presidente da Federação dos Servidores Público do Estado de Mato Grosso, integrante do Fórum da Previdência. Eu quero dizer que nós da Federação não somos contra a reforma, nenhuma reforma nós somos contra, aliás, o Brasil está realmente precisando de reformas. Reformas, primeiro, morais. Lamentavelmente, como o Deputado Wilson Santos bem colocou, o Brasil tem devedores históricos para com a Previdência que não pagam! E não é agora que essa dívida surgiu, não, ela vem de governos e mais governos, não é? Tem dívidas aí que devem ter 20 ou 30 anos.

Nós somos defensores do salário integral, a minha Confederação, a CSPB defende o salário integral. Se eu contribuir sobre esse salário, sobre a contribuição, eu tenho direito sobre ele.

Sobre as incorporações que o Deputado Zé Carlos do Pátio colocou, se se cobrar a previdência sobre aquela incorporação, eu acho que ele está pagando.

Vejam bem, eu acho que hoje a proposta foi de dezessete, cento e setenta do teto...

(O SR. PRESIDENTE SEBASTIÃO REZENDE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)

O SR. ADÃO BARBOSA - Eu já vou terminar.

Nós aqui no Estado de Mato Grosso temos um teto, que é o salário do Governo do Estado, as prefeituras dos prefeitos e tal. Eu acho que não tem necessidade de estarmos aí preocupados com o teto. Os novos servidores que vierem, se fixar um teto, naturalmente, o camarada entra no serviço público, faz um concurso, já fica sabendo que ele vai aposentar com “x” por cento de salário e ele vai contribuir, no máximo, sobre aquilo.

Agora, o que nós achamos que tem que corrigir é justamente a questão de quem não pagou a Previdência. Aqui já foi colocado que determinadas categorias pagavam até “x”, até um teto de salário, sei lá, 15, 10. Mas esse que não pagou, nessa reforma, o inativo que poderia ser taxado é que deixou de pagar, ele aposentou sem nenhuma base, ele não tem base sólida, ele não tem fundo. É a mesma coisa que abrir uma conta num banco e não depositar nada lá. Algum dia se emitir um cheque, não terá como descontar. Não é verdade? Lá na Previdência tem que ter isso.

Os governos, para dar transparência à sociedade, têm que mostrar a contabilidade das contribuições, ou seja, através de auditorias e daí por diante. Vejam bem, pelo menos a partir de 1961 quando criaram o Instituto de Previdência em Mato Grosso, o IPEMAT foi criado em 1961, para mostrar para onde foram parar essas contribuições.

Eu cobrei, em uma audiência com o Governador do Estado, a primeira audiência que nós tivemos representando o servidor, que ele mostrasse a contabilidade, que ele fosse atrás e mostrasse pelo menos o meu dinheiro. Eu tenho trinta e um anos de serviço e contribuição e estão alegando que eu não tenho nenhum centavo na minha conta. É incrível! No ano que vem, com mais uma averbação que eu fiz, eu vou pedir a minha aposentadoria e eu quero saber quem vai me pagar.

Com o Regime Jurídico Único da Constituição de 1989, a Lei Complementar nº 04, o Governo assumiu a aposentadoria do servidor, porque o Governo deixou de pagar FGTS, Fundo de Garantia. Se ele não paga o Fundo de Garantia, é muito mais justo, é nada mais do que justo o Governo pagar na base de dois por um.

Eu fico grato, mas gostaria de lembrar também que Governo é Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Lamentavelmente, as pessoas às vezes esquecem que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

serviço público e Governo não é só o Executivo. O Legislativo tem as suas aberrações, o Judiciário também, o Ministério Público e daí por diante. Eu gostaria que a justiça fosse feita para o geral.

Fico grato pela paciência. Um abraço (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Antes, porém, eu gostaria de pedir a compreensão dos senhores para os dois minutos, do contrário não iremos conseguir ouvir todos.

Com a palavra, o Sr. Mailon de Queiroz.

O SR. MAILON DE QUEIROZ - Boa-tarde a todos que estão aqui.

Eu sou estudante e é de interesse também dos estudantes esse assunto abordado.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Benedito Cerqueira em relação ao sistema. São dois os sistemas de previdência que existem. O de capitalização e o sistema de repartição. O sistema de capitalização é o sistema na qual o funcionário forma um tipo de poupança e contribui. E, no final dos anos, ele tem esse dinheiro novamente. Só que no Brasil, no momento, está o sistema de repartição. Com o crescimento da faixa etária de pessoas da minoridade e com a queda dos jovens, não dá para prosseguir esse sistema de repartição. Eu gostaria de saber se vai mudar o sistema com a reforma da previdência, se vai voltar o sistema de capitalização ou se vai deixar o sistema de repartição.

Outra questão também para ser abordada é por que se fala só em funcionários que ganham acima de mil e cinqüenta e quatro reais? Só vai ser mexido nos funcionários que ganham acima de mil e cinqüenta e quatro reais, sendo que tem inúmeras pessoas, a maioria, que praticamente são assalariadas. A previdência não deveria atingir essa maioria de pessoas?

Gostaria de dizer aqui, também, o seguinte: por que a falta de alguns Deputados nesta Mesa, sendo que são importantes, como Riva e Humberto Bosaipo? Eu acho que deveriam estar aqui, para também discutirem esse processo. Obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu gostaria que o nosso palestrante respondesse as questões ao final. Nós anotamos tudo e faz-se uma resposta geral.

Com a palavra, a Sr^a Maria Aparecida Nevil (AUSENTE). Com a palavra, a Sr^a Ivanildes Oliveira da Silva.

A SR^a IVANILDES OLIVEIRA DA SILVA - Boa-tarde a todos. Por favor, eu gostaria de saber, em primeiro lugar, qual o Parlamentar que eu posso procurar aqui, para que nesta reforma da Previdência se fale alguma coisa em favor do trabalhador rural. Eu sou trabalhadora rural e a nossa classe é tão discriminada que em nenhum setor temos representantes.

Eu gostaria de saber, porque precisa ter... Peço que encaminhem, também, uma proposta a alguém que pense no trabalhador rural. Para começar, eu vou completar cinqüenta e oito anos, pago o INSS há trinta anos - completou no ano passado -, mas não consigo aposentar, simplesmente pela discriminação que o trabalhador rural passa.

Se eu tivesse entregue meus documentos para pessoas que são lá da "panelinha", eu já estava aposentada há muito tempo, mas eu quis, eu mesma, conhecer... (APLAUSOS). Eu estou fazendo isso. Eu mesma vou ao INSS lá no centro, me empurram para o INSS do Coxipó, eu vou para lá, eu moro sete quilômetros depois de Santo Antônio do Leverger. Eu tenho, primeiro, que tirar leite, vender, porque eu estou sobrevivendo da venda de leite e quando eu chego ao Coxipó, está fechado, não me atendem mais.

Eu vou fazer essa peregrinação até o final, nem que eu morra sem aposentar, como muitos já morreram, mas eu vou deixar tudo escrito, tudo documentado, para que outras pessoas não passem pelo que eu estou passando. Muito obrigada! Dia 09 eu estarei lá (APLAUSOS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Nós estaremos anotando o endereço e depois a Comissão, evidentemente, ouvirá e analisará.

Com a palavra, o Sr. Índio, do PT.

Lembramos que dispõe de dois minutos.

O SR. ÍNDIO - Cumprimento a Mesa em nome da Deputada Verinha Araújo e dos demais Deputados.

É uma pena que o Deputado Wilson Santos não esteja presente, porque eu vou dizer três coisas interessantes.

Uma delas é que ele falou - e foi ótimo ele ter falado - das pessoas que não pagam o INAMPS há muito tempo. Sabem por que não pagavam? Porque não havia Presidente com credibilidade como o Presidente Lula. Esses caras vão pagar! Vão pagar. Não havia Presidente com a credibilidade que ele tem e vão respeitá-lo. Vão pagar.

Outra coisa, companheiros, dá a impressão que os servidores públicos ganham muito bem, porque vêm aqui, e nós fazemos isso, defender que não sejam taxados acima de R\$1.050,00, que atingiria 48%. Se passar para R\$2.400,00, só 16% pagarão. Com esses 16% dá para pagar a dívida de 30% dos outros aposentados brasileiros. Nós precisamos fazer essa conta para sabermos onde está o estrangulamento.

Eu vou contar uma pequena história. Dez pessoas pegam um barco, vão para o meio do Manso, batem em uma pedra e abre um buraco. Está enchendo de água e há no meio uma tampa que dá para fechar aquele buraco. Vamos fechar, o comandante fala. Oito falam: Vamos. Dois falam: Não, nós pagamos, não vamos fechar. O barco vai afundar e todos vão perecer.

É isso que o Presidente Lula quer fazer, companheiros. Eu não estou defendendo o Partido dos Trabalhadores por sem membro dele, mas por causa dos servidores. Eu não sou aposentado e, talvez, não irei aposentar, porque eu contribuo, às vezes, com o Estado, com a particular... Não é isso que eu quero ver! Eu quero a salvação desta Nação! É preciso isso! É preciso que todos nós assumamos a responsabilidade, a ética e muito respeito àqueles que virão, porque nós já estamos passando, e não é isso que pensamos. Nós pensamos no futuro do Brasil com a dignidade que o Lula vai implementar e nós a queremos, porque acreditamos neste País e na felicidade que vamos conquistar daqui para frente, com a ética, com a seriedade e com o respeito conquistado na luta dos trabalhadores. Muito obrigado, companheiros (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Washington Luiz Pinto, que dispõe de dois minutos.

O SR. WASHINGTON LUIZ PINTO GALVÃO - Em nome da Mesa, boa-tarde a todos! É um prazer estar aqui.

Eu quero cumprimentar as lideranças e o movimento sindical.

O meu nome é Washinton Luiz, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Estado de Mato Grosso e da Executiva Nacional da CONTSEF, Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal.

Nós já fizemos seminários, também, preocupados com essa questão, no dia 21 de março, quando colocamos claramente a nossa posição em Cuiabá, e tivemos a participação de alguns Parlamentares. Nós participamos também de um seminário, em nível nacional, em Brasília, no dia 25, quando nos colocamos claramente em defesa da previdência pública.

Eu quero colocar claramente que nós defendemos a previdência pública, solidária com a repartição, porque isso foi direito adquirido ao longo do tempo e nós queremos discutir com a sociedade essa posição, porque, até como foi colocado pelo Deputado Wilson Santos, os servidores públicos foram taxados nesses últimos dez anos e nós perdemos cinquenta e seis direitos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Nós não temos mais nada a perder! Então, nós acreditamos neste novo Governo. Nós queremos que o Governo Lula dê certo, mas também vamos defender, como entidade sindical independente. Amanhã, vai haver um Congresso Estadual da CUT e nós vamos reafirmar claramente a nossa posição de independência, sim, colocando que queremos que todos os direitos dos servidores públicos sejam respeitados. Nós não aceitamos taxaço, não aceitamos toda questão da privatização do serviço público. Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Galvão Aurelino Levy.

Eu gostaria que fossem bem rápidos, porque o Deputado Federal Wilson Santos tem um outro compromisso e nós gostaríamos de ouvi-lo nas considerações finais.

O SR GALVÃO AURELINO LEVI - Boa-tarde, Srs. Deputados, Deputado Wilson Santos.

Eu gostaria de lembrar que o nome do fórum é Fórum Previdenciário dos Servidores.

Servidores, Deputada Verinha Araújo, significa servidão.

Eu gostaria de lembrar aos senhores dois atos, antes de fazer uma proposição, para os senhores encaminharem, tanto aqui na Assembléia como também, Deputado Wilson Santos, lá na Câmara Federal.

Recebemos um *e-mail* afirmando que uma pessoa que matou o índio Pataxó no ano passado saiu da cadeia e no final do ano ele fez um concurso público para Auxiliar Judiciário, com salário de mil e quinhentos reais. Passou no concurso e, depois de doze dias, recebeu uma proposta - o pai dele é Ministro - e o salário de mil e quinhentos reais passou, Deputado, para seis mil e seiscentos reais, e esse mesmo Juiz, quando inquirido, falou que isso é normal.

Pessoas que estão aqui, como vocês, que são aposentados, e nós que vamos aposentar, devemos apresentar aqui para esta Comissão, tanto estadual como federal, uma proposta no sentido do que já propôs também o Deputado Wilson Santos.

No final dos anos 90, o setor da Previdência Social de grandes devedores, no Rio de Janeiro, pegou fogo, assim como no prédio inteiro, e não se recuperou nenhum processo.

Ora, dessa dívida apresentada pelo Deputado Wilson Santos, nenhuma pessoa foi cobrada. Vejam bem que são colocadas hoje, na mídia nacional, coisas que denigrem a imagem dos servidores.

Eu, como técnico, Presidente Sebastião Rezende, como economista, percebo que é irreal a proposta do Governo e não concordo com a cobrança de inativos. Eu gostaria que esta plenária solicitasse à Comissão estadual e federal que, através deste fórum, pudéssemos encaminhar e pressionar os nossos Deputados Federais e Senadores, senão não teremos voz no Congresso Nacional.

Se não mudarmos dessa forma, só tem um jeito, que seria através de outra Constituição. Então, vamos trabalhar para o definitivo, porque tecnicamente o Sebba, a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Ságua que saiu, todos deram informações.

Era só isso, companheiros. Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Wilson Aguiar.

Quero informar que tudo o que está sendo dito aqui, as perguntas, as resposta, enfim, toda a audiência pública está sendo taquigrafada e os nossos Deputados Federais e Senadores receberão uma cópia de tudo o que for estabelecido aqui.

O SR. WILSON AGUIAR - Boa-tarde a todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Como muitos aqui sabem, eu estive doze anos aqui na Assembléia Legislativa e conheço um pouco do sistema aqui, que não é diferente do sistema da maioria dos órgãos públicos.

Aqueles que trabalham no dia-a-dia, que não matam serviço, que estão na sala de aula, esses são sempre os massacrados. E aí a Assembléia Legislativa... É claro isso. Se colocarmos na peneira aqui os aposentados, vão escapar poucos, poucos com direitos, porque são pessoas que pegaram certidões de prefeituras, certidão de não sei o quê, mas aquele trabalhador do dia-a-dia, esse não é respeitado.

Nesse sentido, eu pergunto: por que o massacre vem em cima dos servidores e não se tem uma discussão geral da previdência. Ela não é uma discussão geral, é uma discussão parcial, e apenas sobre os servidores públicos. A partir do momento em que tiraram dos servidores públicos o direito ao Fundo de Garantia era para que eles tivessem direito a uma aposentadoria integral. Os da iniciativa privada têm o Fundo de Garantia e podem fazer um pé-de-meia no final, ou quando saem de um emprego.

É preciso abrir o cofre dos Poderes e da questão militar. Tem que abrir o cofre.

Existe um cabo de guerra, os Poderes puxam para o seu lado, os militares para o lado deles, os empresários para os lados deles, e nós aqui somos massacrados.

Nós precisamos interferir nesse processo. Para interferir nesse processo, eu gostaria que os Deputados tivessem muita atenção neste processo para pressionar claramente sobre isso.

O Deputado Wilson Santos falou que está completamente a favor da reforma do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eu gostaria de entender isso. Por que os Deputados, apesar de tanto massacre, continuam tão dentro dessa reforma, quando passam dados de déficits de empresas para com a Previdência? Por que não fazer um debate com as empresas (APLAUSOS)?

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Dirceu Vicente Lima.

O SR. DIRCEU VICENTE LIMA - Sr. Presidente da Mesa, em nome do qual eu cumprimento os demais integrantes e os colegas trabalhadores sindicalistas.

Eu gostaria de ter, pelo menos, uma hora para fazer uma palestra, explicar tudo o que eu sinto agora. Como não tem jeito, eu vou falar da reforma.

Eu acho que o Presidente e os Parlamentares do Brasil têm que aprender a fazer reforma para o futuro. Eles querem reformar para o passado. Nós temos visto Deputados inteligentes, estudados, mas têm muitos Deputados que não estudaram direito e não sabem o que é direito adquirido e tal. Agora, nós estamos vendo Deputados inteligentes, também defendendo a reforma, para o passado! Eu vejo que na mesma hora em que o Ministro da Previdência fala que vai respeitar os direitos adquiridos, ele diz que vai taxar os aposentados.

Eu não consigo... Há pessoas que estão aposentadas há trinta anos. Eles vão taxar esses aposentados. Isso é redução de salário, pura e claramente. Agora, eu proponho que se faça uma revisão dos marajás. Vamos descobrir o que gerou os salários dos marajás. Pega os marajás e aquilo que não conseguir pegar, não vai ter jeito, porque é o passado, não é isso? Ninguém vai legislar para o passado. Essa mentira que tem na TV de que o servidor público é culpado, porque ganha altos salários e tal, não vai pegar quem ganha altos salários.

Nós precisamos de uma reforma para o futuro, para daqui a trinta, quarenta anos, nós não termos novos marajás. É isso que se deve fazer, igualdade de teto para todos. Se os militares têm que ficar no regime especial, os Parlamentares precisam defender quem é o Estado e quem é o cliente do Estado. Por quê? Porque os servidores que forem ficar no Estado têm que ter proteção, porque senão, meus senhores, daqui uns dias... Hoje, estão acabando com os salários dos servidores,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

dos aposentados, daqui uns dias, nós não teremos dinheiro para pagar sessenta e sete mil para uns Deputados. Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. João Luiz Dourado.

Informo que esta Audiência Pública está sendo gravada pela TV Assembléia, e será retransmitido na íntegra.

O SR. JOÃO LUIZ DOURADO - Eu cumprimento a Mesa, em nome do Deputado Wilson Santos, cumprimento a Sr^a Sandra Shinohara, em nome do público aqui presente.

Eu sou diretor do Sindicato dos Bancários e faço parte do Fórum.

O Sindicato dos Bancários defende a reforma, mas uma reforma total e irrestrita, para todos os brasileiros. Em torno de quarenta a cinquenta milhões de trabalhadores da informalidade contribuem indiretamente para ao crescimento do País e não podem ficar sem previdência, saúde e assistência social.

Nós temos que defender e debater com transparência com toda a sociedade essa reforma. Eu solicito ao Deputado Wilson Santos que faça uma audiência pública no Congresso Nacional, para debater a previdência com os Deputados e a sociedade.

Gostaria de alertar para a reforma que foi feita no Chile, na Argentina, no Uruguai, de maneira unilateral e imposta, que não está dando certo. Se hoje o Chile está com a estabilidade financeira, não foi por causa da reforma da previdência social da reforma, mas corre o risco de quebrar por causa da previdência, como aconteceu na Argentina. Se seguirmos o caminho que defendem o FMI e o Banco Mundial, como fizeram esses países, nós corremos o risco de ter uma previdência que vai quebrar o País futuramente. Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Paulo Seniga (AUSENTE). Com a palavra, o Sr. José Gonçalo de Almeida.

O SR. JOSÉ GONÇALO DE ALMEIDA - Boa tarde a todos.

Vou fazer um questionamento. Por que nós, como cidadãos comuns, temos que somar um pouquinho aqui, um pouquinho ali, de tempo de serviço em qualquer situação para fazer uma aposentadoria, e tem individuo, como um político poderoso aqui em Mato Grosso, que detém hoje seis aposentadorias, como prefeito, como Deputado Estadual, como Deputado Federal, como Senador e agora no Tribunal de Contas (APLAUSOS)? Quer dizer, eu estou com 48 anos de idade, tenho 28 anos de serviço, faltam sete anos para completar 35 anos... Para finalizar, para eu me aposentar, eu terei que trabalhar mais seis anos, para completar sessenta anos, mas existe um privilégio como esse, e a Constituição, no art. 2º, coloca que nenhum cidadão, nenhum segmento terá privilégio, e por que existe privilégio desse tipo?

Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Ivanildo da Silva.

O SR. IVANILDO DA SILVA - Boa-tarde a todos presentes aqui.

Pessoal, o que eu vou falar aqui está um pouquinho fora do assunto.

Hoje, eu passei na Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos para fazer a troca da carteirinha da minha sogra e eu me senti muito indignado, porque essa carteira não tem validade, é constante.

Infelizmente, agora minha sogra mora no interior e tem vagabundo usando uma forma de querer cobrar de quinze a vinte reais para renovar essa carteirinha aqui em Cuiabá. Uma coisa errada isso aí.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Uma outra questão é que esses vagabundos estão usando isso aí. Eu fui, hoje, na Associação e perguntei lá, falei com uma senhora se precisava pagar alguma coisa. Ela respondeu que sim. Dez reais. Tudo bem. A minha sogra ganha pouco, miseravelmente. O que ela ganha, por ser lei do Governo, são duzentos reais, quando precisamos comprar alguma coisa... Às vezes comento que dez reais não é nada, mas se fosse um montante...

Eu sou presidente de um bairro em Cuiabá e no meu bairro têm mais de duzentos aposentados. No final da contas, esse dinheiro vai para quem? Para AGER, que confecciona essa carteira ou para a Associação? Eu fui perguntar quem era a Presidente da Associação e uma senhora se apresentou: “Eu sou a Presidente, mas por quê?” Eu quero falar. Ela disse: “Não. Eu não sou a Presidente, não”.

Setenta por cento das pessoas... Vamos falar no caso da minha mãe.

A minha mãe é analfabeta infelizmente, mas quando ela chega num lugar eu acho que ela tem que ser bem recebida. O lugar tem que ter pessoas preparadas para recebê-la bem. Eu fiquei constrangido. Se fossem a minha mãe e a minha sogra, que são analfabetas, ou uma miserável da vida, que já... Eu fiquei de uma forma tão indignado, porque ela me olhou como se eu fosse um qualquer da vida, mas eu não sou, não. Eu sou um cidadão. Se fosse a minha sogra que chegasse lá, ela ia voltar, ia embora.

Deputado Zé Carlos do Pátio, Vossa Excelência que é bom de briga, procure ver lá se são eles que fazem essa carteirinha ou se é a Associação? De dez em dez se forma cinquenta mil reais. Para onde vai esse dinheiro, porque o medicamento... Está escrito aqui: “a farmácia ajuda aquelas pessoas que não têm dinheiro para comprar o medicamento”. Agora, se não for eu, meus cunhados, meu pessoal, comprar remédio para a velha, ela estaria morrendo lá. Vai morrer. É difícil.

Eu sempre venho aqui e vejo o seu trabalho, Deputado, às vezes eu aceno no plenário para o senhor, mas o senhor não olha para cima, para dar uma olhadinha... Eu gosto muito do seu trabalho. Tem gente que observa o senhor lá no plenário. Vamos lá na AGER verificar isso aqui (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Nós vamos anotar o endereço e vamos verificar essa questão.

Com a palavra, o Sr. Gilmar Soares Ferreira.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Boa-tarde, senhores trabalhadores, sindicalistas e Deputados.

Eu estou aqui representando o professor Júlio César, Presidente do SINTEP de Mato Grosso e também da CUT em Mato Grosso e representante da CNTEP.

Quero dizer que nós precisamos de reforma na Previdência, porque aquilo que o companheiro falou que há um grupo pequeno de privilegiados, isso precisa acabar. Agora, precisamos tomar cuidado.

A CUT tem colocado - e o Deputado Wilson Santos tocou muito na CUT - a questão dos vintes salários mínimos. Eu acho interessante o discurso de defesa do Deputado Wilson Santos, porque também ficou durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, como Deputado, e não percebi o seu esforço em defender os trabalhadores do serviço público. Agora é bom que o senhor faça isso mesmo (APLAUSOS).

É preciso dizer também que nós temos que estar atentos, porque também os trabalhadores da iniciativa privada podem estar sofrendo perdas, porque o cálculo da aposentadoria poderá ser conforme o salário dos últimos meses. Então, precisamos estudar.

Está chegando, hoje, o projeto e nós só vamos começar... Não é porque o Governo Lula que está lá que nós, trabalhadores, vamos ficar de braços cruzados, porque muitos argumentos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

que estão colocados no projeto é de oito anos de reforma do Governo FHC ancorados por uma política do Banco Mundial e do FMI. Nós não podemos descansar. Nós temos que ir à rua, porque os Deputados, a exemplo do Deputado Wilson Santos que está aqui, só votarão lá, quando ouvirem a nossa voz na rua. Por isso não vamos descansar. Não vamos cruzar os braços. Vamos à luta, e a CUT organiza os trabalhadores para isso (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Gostaríamos de informar que nós estamos nesta Audiência Pública com esse propósito de estar defendendo essas questões previdenciárias, ouvindo toda essa situação exatamente para tirar essas conclusões e estarmos ajudando a resolver esses problemas.

Gostaria de registrar a presença do Deputado Carlão Nascimento, que está conosco, e convidá-lo a compor a Mesa.

Com a palavra, o Sr. Rinaldo Almeida.

O SR. RINALDO ALMEIDA - Boa-tarde à Mesa e a platéia!

Eu tenho aqui um documento do PC do B, que o Miranda me entregou, e passo à Mesa para que fique registrado nos Anais da Casa.

“AO PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA REALIZADA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Senhor Presidente,

Como forma de contribuir com o debate em relação à questão da reforma da Previdência, o Partido Comunista do Brasil - PC do B, mui respeitosamente, encaminha a V. Ex^a cópia, na íntegra, de documento encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Previdência Ricardo Berzoini, contendo as propostas dessa agremiação partidária, conforme segue:

Brasília 15 de abril de 2003

Senhor Ministro,

A reforma da Previdência tem sido apresentada como uma questão meramente técnica, em que a opção a tomar é fruto de uma razão quase aritmética e que somente há um caminho possível, inadiável e imutável. O debate, a nosso ver, deveria ressaltar os aspectos políticos, as prioridades e os compromissos do Estado com a sociedade. Quaisquer diagnósticos e alterações em nossos sistemas previdenciários devem ser precedidos de uma cuidadosa avaliação do quadro atual e de suas heranças históricas. Essa contextualização é imprescindível.

A reforma da Previdência no Governo Lula deve ter a marca da inclusão, afinal esse é nosso mais significativo programa social. A precarização do trabalho, o incremento da informalidade e o aumento do desemprego expulsaram 40 milhões de trabalhadores da proteção previdenciária. O desafio apresentado ao atual governo é estabelecer uma nova agenda que reverta o viés privatizante e de corte de direitos que caracterizou as mudanças na previdência no tempo de Fernando Henrique Cardoso, submetida ao objetivo do ajuste fiscal. A previdência deve ser entendida na sua complexidade. Deve atender aos trabalhadores e seus familiares na aposentadoria e nos momentos de infortúnio, nas doenças e na incapacidade temporária e definitiva. Por isso, incluir é o grande desafio do nosso governo.

Quando tratarmos do regime próprio dos servidores, é preciso concentrar o debate da reforma na reconstrução do Estado desmontado pelo governo anterior e, em conseqüência, na valorização do serviço público. A necessária ação de combate aos privilégios não deve ser confundida com a de desarticulação do Estado e desvalorização do serviço público. Essa reforma deve expressar nossa compreensão a respeito do papel e da natureza do Estado brasileiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

A segurança de uma previdência justa, que ampare o servidor e sua família, é a contrapartida para compensar as responsabilidades no serviço público, respeitando as suas especificidades. O vínculo à legalidade, à impessoalidade e ao interesse público impõe restrições a salários, gratificações e benefícios inexistentes no setor privado. Um regime próprio de previdência permite à administração pública competir na seleção de bons profissionais, essenciais ao serviço eficiente do Estado. O servidor público materializa a ação estatal e sua maior ou menor eficiência terá efeito direto na ação do Estado junto à sociedade.

Assim, apresentamos abaixo a síntese de propostas que devem, na nossa opinião, orientar a reforma de nosso sistema previdenciário:

- regime geral;
- auditoria das contas da previdência;
- reforma no RGPS garantindo o caráter de inclusão com ampliação da cobertura para idosos urbanos, desempregados e trabalhadores dos setores informais;
- suprimir do texto constitucional a permissão para a privatização do seguro de acidente do trabalho;
- teto do RGPS em salários mínimos e recuperação do poder aquisitivo dos aposentados, através de índices que reponham perdas e a inflação, defesa da Previdência Pública, de repartição e solidária extinção do fator previdenciária;
- criar uma previdência complementar pública para todos os cidadãos vinculados ao RGPS;
- regime próprio dos servidores;
- imediata votação da lei que define o teto de remuneração dos três Poderes para acabar com aposentadorias privilegiadas (arts. 37 e 48 da Constituição Federal);
- manutenção do regime próprio dos servidores;
- manutenção da aposentadoria integral para servidores públicos;
- contra a aprovação do PLP-9 e qualquer outra proposta de conteúdo similar;
- contra as mudanças nas regras de transição dos servidores públicos.

Comissão Política Nacional do PC do B.”

Quero ser rápido aqui. Eu acho que a questão da reforma da Previdência precisa também ser discutida na questão de gênero e raça. Para muitos, a expectativa de vida do cidadão tem aumentado, mas como o Brasil é um País multirracial tem aumentado sim, mas de forma desigual.

Senão vejamos, o homem negro tem expectativa de vida de 62 anos e a reforma quer 60 anos, a mulher branca de 71 anos, então, só aí nós temos uma diferença de 09 anos e a expectativa média de vida é de 68,8 anos. Não foi levada em conta a questão do gênero raça.

A PEC nº 137 traz um subteto, ou seja, na hora que votar a reforma em Brasília, vai votar nos Estados e Municípios, só que o teto nos Estados pode ser bem menor do que é o federal, ou seja, pode ser bem menor do que R\$2.400,00. A proposta do Governador Aécio Neves, por exemplo, é de R\$900,00. E o da prefeitura pode ser menor.

Por último e finalizando, eu acho que a idéia central aqui do debate é a questão da previdência complementar. É isso que interessa para o FMI, para o superávit primário, para o pagamento da dívida externa, não tem nada de crise na previdência. O negócio é tirar o nosso dinheiro para pagar banqueiro e assumir os compromissos da dívida. São 17 trilhões de dólares que a previdência complementar gerencia em todo o mundo, é um dos cinco negócios mais lucrativos do mundo, só perde para venda de carro, automóvel, tráfico de drogas e petróleo. No Chile, como já foi colocado aqui, dos fundos de pensões privados que foram estabelecidos lá há mais de vinte anos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

pelo menos 80% estão quebrados. Fica aqui esse alerta para o entusiasmo da previdência complementar (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Vamos ouvir o Sr. Leonício Reis Sales.

O SR. LEONÍCIO REIS SALES - Na pessoa do Deputado Sebastião Rezende, eu cumprimento a Mesa, o nosso amigo particular Deputado Zé Carlos do Pátio, senhores e senhoras.

Um ponto fundamental, Deputado Federal Wilson Santos, que quase não se ouve na discussão, é que existe um sistema de repartição social e de provisão solidária que nós estamos esquecendo de discutir. A provisão solidária é essa que o Governo está querendo impor, que é a poupança, cada qual terá o seu valor ao final. E a repartição social, como muito bem disse aquela senhora da agricultura, é o nosso sistema atual. Em 1988, na Constituição Federal, foi destinada aos agricultores, que por sinal realmente merecem, trabalharam a vida toda e não puderam contribuir. Só no ano de 2002 a Previdência tirou quatorze bilhões de reais. É justo que eles permaneçam recebendo dos cofres públicos. Depois, a questão das pessoas doentes, necessitadas neste País.

Como o nosso tempo é curto, para fazer a minha consideração final, nós devemos mudar, mas muito cuidado porque há interesses econômicos, como bem disse o companheiro, de trilhões de dólares.

Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) -Com a palavra, o Sr. Estácio Ramos Arruda.

O SR. ESTÁCIO RAMOS ARRUDA - Boa-tarde!

Cumprimento a Mesa e também os companheiros trabalhadores.

Como o tempo é muito curto, eu vou dividir o meu tempo com o companheiro, porque ele quer falar alguns pontos e o dele é muito curto.

Quero deixar aqui a minha posição. Eu sou coordenador do Sindicato dos Trabalhadores do IBGE aqui de Mato Grosso e a nossa posição é a de que essa reforma seja feita, mas que não seja um remendo, que seja uma reforma radical, uma reforma realmente reforma, e não um remendo. Como estamos observando aí ela vai ter muitos remendos. Somos contra a taxaço dos aposentados. Têm muitas coisas que poderíamos falar, que deveríamos falar, mas eu tenho que passar para o companheiro Milton Ribeiro (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Vamos abrir essa exceção. Com a palavra, o Sr. Milton Ribeiro.

O SR. MILTON RIBEIRO - Srs. Deputados, cumprimento a Mesa em nome do Deputado Federal Wilson Santos.

O tempo é muito curto para se falar de um assunto tão importante, mas eu me coloco à disposição da Mesa, das entidades representativas, no intuito de fornecer dados. Sou presidente do Instituto de Previdência do Município de Cuiabá, e nós estamos acompanhando de perto esta reforma.

Já estou fazendo uma revisão no Instituto e tenho que informá-los, Srs. Deputados, que a crise é mais moral. Só nas pensões, nos duzentos e oitenta e oito processos de pensões que estou realizando no Instituto, já economizei 20% para o Município em trinta dias. Tenho esses dados para quem quiser.

Agora, o programa da Previdência, do teto... Eu gostaria de encaminhar depois os documentos a todos que quiserem, porque pelo tempo não dá, nós não temos condições de expor.

A disparidade é muito grande entre o pequeno e o grande. Só um exemplo: no Município de Cuiabá, nós temos uma classe de funcionários que ganha acima de quatro mil reais. A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

alíquota do Município de Cuiabá é de 5 a 8%. De 5% para quem ganha até quatro salários mínimos e de 8% para quem ganha acima de cinco salários mínimos. Pois bem, esse cidadão, esse funcionário, que ganha acima de quatro mil reais, contribui com 8% em cima de um teto de mil e quinhentos reais - o que dá um percentual de 1,23%, enquanto que quem ganha mil reais, contribui com 8% integrais. E o cidadão que contribui com 1,23% se aposenta com o salário integral de quatro mil reais.

Nós temos um teto. Nós começamos a calcular em cima de um teto da base de contribuição, mas é inconstitucional, porque já na Constituição Federal, com a Emenda Constitucional nº 20, está determinado que tem que ser sobre o salário integral. Então, a questão é mais moral do que qualquer outra coisa. Cabem aos funcionários que ganham acima desses valores, ter consciência também de que é o pequeno quem está sendo prejudicado.

Coloco-me à disposição. O Instituto está aberto para qualquer informação que alguma entidade queira. Os dados estão fixados na parede, quanto pagamos de duzentos e oitenta e oito pensionista e de seiscentos e vinte aposentados. Eu faço questão que nos procurem, porque ali não há caixa preta, está tudo aberto.

O Fundo, Deputado Wilson Santos, é viável. Dá muito lucro. Para termos uma idéia, o Município de Cuiabá arrecada dois milhões por mês e nós pagamos oitocentos mil reais. Então, há um superávit altíssimo...(MANIFESTAÇÃO DA PLATÉIA - INAUDÍVEL).

Se nós fizermos a lição de casa o Brasil agradecerá (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Deputado Wilson Santos, para suas considerações finais.

O SR. WILSON SANTOS - Deputado Sebastião Rezende, que muito bem preside a Audiência Pública, meus cumprimentos.

Nas considerações finais, eu quero fazer, aqui, algumas referências, que evitei fazer no início. Como eu fui provocado duas vezes, eu não gostaria de entrar nessa seara política, mas terei que entrar nessa seara política até para fazer a minha defesa.

Na verdade, há muita gente que não está entendendo essa reforma do Presidente Lula. Eu estou entendendo perfeitamente. Agora, há muita gente que votou e não está entendendo e outros que não estão nem acreditando no que estão vendo e ouvindo. Se houve mudança radical de percurso...

Ontem, o ex-Governador Leonel Brizola mostrou para o Brasil um manifesto que o Presidente Lula assinou, em 2001, juntamente com o Tarso Genro, Aluísio Mercadante, contra a taxaço de inativos. Lula disse, à época, que era uma imoralidade falar de taxaço de inativos. Então, não sou eu que não estou entendendo. Há milhões de brasileiros que não estão entendendo o que vai acontecer. Agora, eu estou entendendo muito bem. O que está acontecendo é o fiel cumprimento das diretrizes do segundo Consenso de Washington. O que está acontecendo é o fiel cumprimento das determinações do FMI, que nós últimos cinquenta anos nenhum Governo cumpriu tanto as determinações do FMI como este novo Governo Federal.

O superávit primário que sempre foi na faixa de 2,5 a 3,75% foi elevado para 4,25%. O que é superávit primário? É pagar dívida, é repassar dinheiro para banqueiros e especuladores internacionais.

O Governo está de cócoras, o Governo está de joelhos para o capital internacional. Quando o professor Rinaldo Almeida aqui coloca que esse é um dos cinco melhores negócios do mundo, a previdência complementar privada, é verdade. O jornal *Folha de São Paulo* trás hoje, dia 30 de abril, como manchete principal, que o FMI não está totalmente satisfeito com essas reformas, ele quer mais, ele quer muito mais. Então, o que está acontecendo é que o discurso da campanha foi

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

um, o exercício da governança é completamente outro, é isso que está acontecendo. Nós não nos perderemos nesta dualidade, nesta ambigüidade. Nós propomos a reforma.

Com relação ao meu amigo particular, Sr. Gilmar Ferreira da CUT, quero dizer a ele que mesmo durante o Governo do Fernando Henrique Cardoso, eu, Deputado do PMDB e depois do PSDB, votei contra a flexibilização dos direitos trabalhista na CLT, eu votei contra o salário mínimo de cento e cinquenta e um reais, votei contra o PL-9 e votei contra a chamada lei da mordança.

Eu, mesmo no meu Governo, tive a coragem de me rebelar e votar contra uma série de projetos, que o meu Governo encaminhou ao Congresso Nacional e que eu votei contra. No Governo da oposição, eu terei a tranqüilidade de votar a favor daquelas propostas que eu entendo que são coerentes, sensatas e que estão no caminho correto.

Quero também, ao encerrar, dizer que, na abertura do Fórum Internacional sobre a Previdência, realizado na semana anterior em Brasília, eu fui um dos palestrantes e deixei muito claro, deixei muito claro lá, que quem mais tem a ganhar com isso é o capital especulativo.

Em alguns países citados aqui, como Chile e Argentina, a previdência complementar privada quebrou e os servidores que foram para ela, professor Enir, não tiveram a quem recorrer, porque o Governo não garantiu, não deu garantias à previdência complementar privada. Elas quebram e não tem garantia. Você entra com a sua contribuição, não tem benefício definido e você não sabe quanto vai receber. Daí a resistência do servidor público, muitos deles que estão na regra de transição. Quem é que está na regra de transição? São aqueles que, com a Emenda Constitucional nº 20 foi aprovada em 1998, poderão se aposentar, mulheres, aos 48 anos e, homens, aos 53 anos, mas a aposentadoria normal aqui é 55 anos e 60 anos.

Quando o professor Rinaldo coloca que tudo isso está sendo discutido, ótimo, mas não se leva em consideração as diferenças raciais, a complexidade da multiracialidade que há no Brasil... A mulher negra vive menos que a mulher branca no Brasil, o homem negro vive menos que o homem branco no Brasil, as suas condições de ganho e de vida são extremamente inferiores às do homem branco. Será que essa reforma também não vai contemplar isso? Já que há leis, hoje, garantindo reserva de vagas em universidade, reserva de mercado e de trabalho. O Presidente Lula deverá nomear em breve o 1º Ministro para o STF, negro. Há 20% de vagas reservadas da diplomacia brasileira para negros e negras. Isso tem que ser levado em conta. É relevante, sim!

Eu encerro, agradecendo mais uma vez, dizendo que eu tenho certeza absoluta de que esta reforma é necessária, mas quem mais a deseja é o capital internacional, é o FMI, é o Consenso de Washington, é o capital especulativo, são os fundos particulares de pensão. Estes são os que mais estão ávidos em colocar a mão em trilhões de reais, em trilhões de dólares que o mundo inteiro, hoje, reforma.

Quero dizer que o debate aqui, hoje, foi apenas um debate inicial, um debate muito superficial, Deputado Sebastião Rezende. É natural que isso tenha acontecido, é o primeiro debate e eu espero que esta Comissão, que a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Eliene, o Deputado Sebastião Rezende, o Deputado José Carlos Freitas, o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Carlão Nascimento possam manter esta Comissão, porque este ano talvez não haja um assunto que irá gerar tanta polêmica, tantas discussões, as mais variadas - é bom que haja esse enfrentamento, esse confronto de idéias - como a questão da previdência, mais do que a tributária.

Eu espero que este Parlamento possa cumprir a sua função trazendo à sociedade, com clareza, os diversos pontos de vista. É um assunto sério, tem que ser tratado com responsabilidade, essa conta é muito alta, se não forem feitas as correções agora, as nossas gerações não terão como ter a sua previdência garantida. No Congresso Nacional, eu, a Deputada Thelma de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Oliveira e a Deputada Celcita Pinheiro fazemos parte da Comissão Permanente de Seguridade Social e de Família. Estaremos aqui no dia 09, como disse aqui a professora Sandra Shinohara, fazendo um novo debate, e será reservado um espaço para que os Deputados Estaduais possam emitir a sua opinião.

No mais, parabéns a quem veio aqui. É dessa forma que nós vamos construir um novo Brasil, é dessa forma que se exerce a cidadania. Ninguém ofendeu ninguém aqui. O homem e a mulher pública têm a obrigação de prestar conta do seu mandato, dos seus votos. Eu acho que foi um debate de altíssimo nível, nós estamos apenas começando uma longa caminhada que, com certeza, nos levará a um porto seguro. É preciso fazer alguns cortes na própria carne? É! E deveremos fazê-lo, independente de ideologia partidária, independente de sigla partidária. O Brasil deve ser colocado em primeiro lugar. E o nosso Partido tem um slogan: “PSDB a favor do Brasil”. Neste momento, as reformas devem avançar, devem continuar. Agora, é claro, não fazendo do servidor público um demônio. O Governo não pode demonizar o servidor público, ele não tem culpa (APLAUSOS).

O servidor público, Deputado Sebastião Rezende, não é culpado se houve rombo na Previdência, se houve uma ineficiência na gestão dos recursos da Previdência, se a Previdência desvia recursos para a assistência ou se tira o recurso da Previdência para fazer superávit primário, para pagar dívida interna e externa. O servidor, mais uma vez, está sendo bode expiatório. Eu espero que o Brasil tenha respeito com essa categoria que, ao longo de décadas e séculos, prestou serviços com qualidade e com ética. Não será no lombo do servidor que o Governo vai fazer a reforma da Previdência.

Muito obrigado pelo espaço, muito obrigado pela participação e pela atenção de todos vocês (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu gostaria que nós pudéssemos concluir a Audiência Pública...

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu gostaria que levantasse a mão aqui, por favor, quem já é aposentado (PAUSA).

Desses que levantaram a mão, quem ganha mais de R\$ 1.058,00? (PAUSA)

Agora, quem está aqui e não é aposentado? (PAUSA)

Desses que levantaram a mão, quem ganha mais de R\$1.058,00? (PAUSA)

Eu acho com esses dados aí que nós vamos ter que trabalhar, mesmo porque eu já falei aqui para o Deputado Wilson Santos que eu defendo que esse teto de contribuição de R\$1.058,00 seja ampliado como está se enviando ao Congresso Nacional para R\$2.500,00. Nós devemos batalhar para que esse teto de R\$1.058,00 seja ampliado, porque nós precisamos trabalhar, no caso aqui, nós já fizemos um levantamento dos que estão hoje aposentados, é bem pequenino o número que está acima desse valor, mas dos que estão para se aposentar, nós já vemos que, na verdade, há uma divisão de praticamente 50%. Então, essa é a primeira questão que eu queria levantar.

A segunda, e já falei aqui no início, eu sou servidora pública municipal, eu estou Deputada Estadual, portanto, Deputada eu não sei até quando. Agora, professora é o meu concurso público, certo? E eu vou primar pelo concurso, pela história que nós construímos na luta do movimento sindical.

Quero dizer que como Parlamentar do Partido dos Trabalhadores, que é o meu Partido, que eu defendo, nós vamos ter a defesa interna daquilo que sempre defendemos, mas também estaremos submetidos a um debate partidário. Hoje, no debate partidário, o PT, enquanto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Partido, tem uma posição de ser contra a taxaço dos inativos. Isso é uma nota que foi retirada da última reunião do Diretório Regional do PT.

Os companheiros aqui têm que ter uma compreensão que o Governo Lula não é um Governo só do PT. Sabem os senhores que é um Governo em coalizão com o PC do B, com o PSB, com o PDT, com o PL, acrescidos de outros partidos que hoje estão nos ministérios e que, inclusive, não tem nem partido.

Nesse sentido, nós temos que separar muito bem, primeiro, a independência do movimento sindical. O movimento sindical tem que continuar defendendo as suas bandeiras? Tem, porque não existe governo se não tiver um movimento social organizado, dizendo: “Eu quero isso, nós queremos isso, nós vimos assim”.

Outra coisa, o partido também não pode se dissolver no meio de um Governo. O partido tem que ter posição dentro do Governo. O partido tem que dizer ao Governo: “As nossas posições são essas e as posições estão claras”.

Agora, companheiros e companheiras, vamos avançar além disso, porque nós temos um governo de coalizão e como eu disse aqui no início, a reforma que hoje está sendo entregue não é uma reforma de um Presidente, ou de uma pessoa, é uma reforma discutida entre 27 Governadores junto com o Presidente da República. Nesse sentido, nós vamos mobilizar essa Comissão Especial aqui hoje... Comece, Deputado Sebastião Rezende, a ouvir as pessoas e trazer... Nós vamos até o último minuto levar aquilo que for discutido aqui no Estado de Mato Grosso, assim nós sempre fizemos no movimento sindical. Quantas bandeiras, até o companheiro que é delegado está aqui, quantas vezes no movimento sindical nós tínhamos bandeira, nós queríamos cem por cento de aumento, nós íamos lá e conseguíamos dois, mas nós dizíamos que queríamos cem e é assim que nós vamos fazer agora, vamos lutar, vamos batalhar e ver até onde nós vamos conseguir nos articular.

Por último, quero dizer que eu acredito neste Governo. Eu acredito no Lula. Nós, eu pelo menos, enquanto PT, se hoje, amanhã, perdermos este Governo ou não tiver mais um Governo identificado com uma linha progressista, que quer romper com uma série de coisas que os companheiros já colocaram aqui, nós não vamos ter outro Governo! Nós vamos querer voltar de novo para os momentos piores do que esse que nós já voltamos? Então, eu acho que a democracia está aí, ela tem que ser exercida, e nós vamos exercê-la, mesmo que tenhamos que dizer ao Presidente Lula: nós queremos assim... Ele terá que nos ouvir e vamos esgotar todos os meios democráticos que forem possíveis para sermos ouvidos.

Muito obrigada, senhores (APLAUSOS).

O Sr. Wilson Santos - Deputado Sebastião Rezende, eu só quero fazer uma observação à Deputada Verinha Araújo.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Pois não, Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - O Presidente Lula e o Presidente Nacional do PT, ex-Deputado José Genuíno, afirmaram ontem, e está em toda mídia nacional, que os Parlamentares que não acompanharem a orientação de votação do Governo, serão devidamente expulsos do Partido.

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - Eu sou estadual, por enquanto não voto nada (RISOS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, nas considerações finais, o Sr. Benedito Cerqueira Sebba.

O SR. BENEDITO CERQUEIRA SEBBA - Antes das considerações, eu vou responder a pergunta efetuada a respeito do sistema de repartição e sistema de capitalização.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Hoje, a Previdência em nosso País aplica o sistema de repartição. O sistema de capitalização, desde que controlado pelo Governo, seria uma boa para administração da Previdência Social. Porém, da forma como está sendo proposta, capitalização pelo sistema privado, é um risco que o trabalhador corre de não receber os benefícios. Essa é a resposta.

A outra, é com relação ao porquê de atingir só o servidor público. Porque essa reforma está visando única e exclusivamente tirar direitos dos servidores. Nós concordamos com alguns pontos da reforma, porém defendemos também que discuta com relação ao trabalhador e ao regime geral. Que se eleve o teto de benefício para que eles também tenham uma aposentadoria, ou uma pensão com valor mais digno do seu trabalho. São essas as respostas.

Eu gostaria de agradecer ao Deputado Sebastião Rezende, membro da Comissão Especial que trata da reforma da Previdência Social, por ter oferecido esta oportunidade ao Fórum de discutir, juntamente com os Parlamentares, sociedade e entidades de classe, um assunto que interessa a todos nós trabalhadores.

Que este não seja o único debate dentro da Assembléia Legislativa.

Convidamos todos para participar do Seminário de Previdência Social que o Fórum estará realizando no próximo dia 09, na FIENTEC. Contamos com a presença de todos.

Gostaria de, mais uma vez, parabenizar a direção da Casa, por esta iniciativa (APLAUSOS).

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Eu gostaria, uma vez mais, de citar os nomes dos Deputados que compõem a Comissão Especial que trata da reforma da Previdência Social: Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputada Verinha Araújo, Deputado Sebastião Rezende e Deputado Eliene, o qual pediu substituição, e em seu lugar estará compondo a Comissão o Deputado Sérgio Ricardo.

Eu gostaria de voltar a dizer, de reiterar aqui que esta Audiência Pública será transmitida, na íntegra, pela TV Assembléia, canal 36, durante toda a semana.

Gostaria agora, ao final, de agradecer a todos os presentes, àqueles que participaram de forma efetiva, àqueles que estiveram aqui nos dando a honra de estarem conosco, aos Deputados Estaduais que estiveram presentes, aos membros da Comissão Especial que trata da reforma da Previdência Social; agradecer em especial aos palestrantes; agradecer também a presença do Deputado Federal Wilson Santos, aos palestrantes Sr. Benedito Cerqueira Seba, Coordenador do Fórum Previdenciário de Mato Grosso e Auditor Fiscal da Previdência Social e à Sr^a Sandra Figueiredo Santiago Shinohara, Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo do CEFET/MT. A todos o nosso muito obrigado.

Está encerrada esta Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TRATA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

- Rossana Valéria Guerra;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa.